



Transcrição da Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal de Marco de  
Canaveses

----- *29 de junho de 2016* -----



**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Boa noite, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Deputados desta Assembleia, caros Marcoenses, órgãos de informação.

Como temos quórum, vamos dar, então, início à nossa Assembleia Municipal de junho. E antes de mais, íamos dar, então, cinco (5) posses. Pedia ao 1.º Secretário, Gil Rodrigues, para ler as cinco (5) posses.

**--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Fernando António Morais de Queirós, portador do Cartão de Cidadão n.º 066535328ZZ4, válido até 16.11.2016, e Contribuinte n.º 165396091, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

**--- Fernando Queirós (PPD/PSD) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

**--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Bruno Alexandre da Silva Ribeiro, portador do Cartão de Cidadão n.º 117950203ZZ6, válido até 17.03.2019, e Contribuinte n.º 219903794, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho, de acordo com o disposto no art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Movimento Marco Confiante com Ferreira Torres (MCFT), da eleição realizada no dia 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho, no corrente mandato. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser



assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- **Bruno Ribeiro (MCFT)** ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- **Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD)** ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Joana Patrícia Casaca Pinto dos Santos, portadora do Cartão de Cidadão n.º 137826290ZY5, válido até 13.10.2020, e Contribuinte n.º 248504320, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Luís António Pereira Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Luís António Pereira Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- **Joana Pinto dos Santos (PPD/PSD)** ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me foram confiadas.

--- **Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD)** ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e Contribuinte n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada no dia 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em



voz alta, vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

**--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

**--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, perante mim, Gil Fernando Mendes Rodrigues, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, compareceu o Sr. José Miguel de Carvalho Ferreira, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, portador do Cartão de Cidadão n.º 070560708ZZ1, válido até 02.01.2017, e Contribuinte n.º 175700290, que fazia parte das Listas do PS nas Eleições Autárquicas realizadas no dia 29 de setembro de 2013, e que face ao pedido de justificação de falta apresentado pelo Sr. António Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, candidato pela mesma lista, foi indicado como seu substituto legal, nos termos da alínea c) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando assim posse como substituto legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa. Verificada a legitimidade do mesmo e a sua identidade, o Presidente da Assembleia Municipal, e depois de prestado juramento legal, considerou-o investido das respetivas funções. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata de posse que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo empossado, e por mim, Gil Fernando Mendes Rodrigues, que a redigi.

**--- José Miguel Ferreira (Substituto Legal do Presidente J.F. Banho e Carvalhosa, PS) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Antes de entrarmos no período de antes da ordem do dia, foi-me solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, com base no art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a inclusão de dois (2) pontos: o Ponto n.º 3.8 – e eu vou ler o ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a aprovação da alteração à denominação da Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo para Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, de acordo com a Lei n.º 11-A/2013. A diferença neste ponto é que “Penhalonga” deixa de estar escrito numa só palavra, e passa a ser “Penha Longa”. E o Ponto n.º 3.9, que é a Concessão das Medalhas Honoríficas – Tomada de conhecimento.

E eu pedia ao Sr. Presidente só para dar a justificação da introdução destes dois (2) pontos, para depois pôr à vossa aprovação, se querem a introdução dos pontos, ou não.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Municípes.



A razão é simples: tivemos uma solicitação da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, no início da semana passada, estávamos nós já a ultimar a Agenda da Reunião de Câmara que aconteceu exatamente na Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo – Reunião Pública, na quinta-feira passada – no sentido de que pudéssemos incluir este ponto para corrigir algo que foi, penso que involuntariamente, de escrever nesta reorganização administrativa “Penhalonga” numa única palavra, quando em bom rigor são duas (2) palavras, “Penha Longa”, e naturalmente agora Paços de Gaiolo, uma vez que houve essa agregação. E então, eles têm interesse, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José Couto, teve oportunidade depois lá de nos explicar, no decurso da Reunião Pública, que já têm a heráldica pronta, e gostavam, exatamente, que a heráldica fosse executada já com o nome correto, “Penha Longa e Paços de Gaiolo”. E havia todo o interesse em que esta Assembleia também se pronunciasse, uma vez que de acordo com aquilo que está estabelecido a nível da Lei, tem que ter os pareceres favoráveis das Autarquias Locais – leia-se Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia, neste caso, de origem, Assembleia Municipal e Câmara Municipal – e depois há o processo legislativo normal na Assembleia da República, com os respetivos pareceres, e são indispensáveis para que o processo possa ter o seu curso normal até à votação final global, e passar a ser Lei da República. E desejavam que isso ainda acontecesse nesta sessão legislativa, ou seja, antes das férias parlamentares, que ocorrem agora no mês de julho – suponho que em meados de julho, por aí. Pronto, mas para isso só havendo a possibilidade de ainda incluir este ponto na nossa agenda da Assembleia Municipal de hoje. E é nesse sentido que solicitei ao Sr. Presidente – e, naturalmente, com a compreensão e aceitação da parte da Assembleia – que este ponto possa ser introduzido na agenda de hoje.

A outra é apenas aproveitar o facto de termos já deliberado fazer a atribuição de um conjunto de distinções honoríficas, medalhas, a cidadãos, personalidades e instituições, que vai acontecer no próximo dia 16 de julho, no âmbito das Festas do Marco, que começam a 8 e terminam a 17, na Sessão Solene alusiva a esse facto, e para que a Assembleia já tome conhecimento, de acordo com a Lei, temos que dar conhecimento à Assembleia, e estamos a fazê-lo desta forma.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Iríamos pôr, então, os pontos à votação, e iríamos votar o primeiro ponto, vamos votar para a introdução do ponto na ordem de trabalhos.

Ponto n.º 3.8: quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade, vamos introduzir o ponto, e o ponto passará a ser o Ponto n.º 3.8, de que iremos depois distribuir informação. O último era o Ponto n.º 3.7. Já vamos corrigir, então.

O outro ponto que iríamos votar seria a Concessão de Medalhas Honoríficas. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovada a introdução do ponto das medalhas honoríficas. Vamos já ver a numeração.

Iríamos, então, entrar no **Período de antes da ordem do dia**, e íamos aprovar a ata. Na aprovação da ata, penso que os vossos líderes já falaram com vocês: há uma Lei, que é a Lei n.º 34, que diz que não podem participar na votação da ata os membros que não estiveram presentes. Portanto, a partir de agora, eles não irão poder votar, as pessoas que não estiveram



presentes. Eu iria dizer quem é que não esteve presente – penso que as pessoas sabem. Portanto, não vai votar a Joana Patrícia Santos, não vai votar o Sr. Joaquim Madureira, não vai votar a D. Manuela da Conceição Pinto Ferreira, e o substituto legal do Sr. António Ferreira Pinto. Estas pessoas não vão poder votar. Então, também não vai votar.

Portanto, vamos pôr à votação a ata, e estas pessoas não podem fazer parte das votações. Portanto, vamos votar a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata está aprovada por unanimidade.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 1.2** do período de antes da ordem do dia, que é o Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. Os Srs. Deputados que se desejarem inscrever. Eu vou ler, e se faltar alguém, agradecia, para retificar. Ana Moura Pinto, Olímpio Almeida, Patrícia Vieira, José Pedro Reis, António Santana, Bruno Pinto, Mário Luís, Maria José Cerqueira e Cristina Vieira.

Eu dava a palavra à Sra. Deputada Ana Moura Pinto.

--- **Ana Moura Pinto (PS)** ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados desta Assembleia Municipal:

Eu pretendo aqui trazer três (3) questões a esta Assembleia Municipal. A primeira prende-se com o OPJ. Referir que o Partido Socialista felicita o Executivo pela implementação da segunda edição, e gostaria de questionar também se é pretendido por este Executivo fazer uma espécie de relatório, um balanço daquilo que foi a primeira edição, numa forma de dar conta daquilo que é a execução das propostas vencedoras.

A segunda questão que eu pretendia colocar diretamente ao Executivo diz respeito a uma situação que me foi reportada diretamente por cidadãos Marcoenses, e refere-se às descargas que são feitas diretamente no rio pela empresa que está sediada em Vila Boa de Quires, que é a Inarbel. Fui abordada por algumas pessoas que habitam nas imediações, e que se revelaram algo preocupadas com esta situação. E basicamente, gostaria de saber se o Executivo tem conhecimento do que se passa, e tendo conhecimento, se já tomou algumas medidas.

A terceira questão prende-se com os procedimentos concursais que foram abertos por este Executivo, mediante um aviso em Diário da República, no passado dia 10 de março. E tendo já sido realizadas as provas de conhecimentos, e mediante os resultados que já é possível conhecer – e que são públicos, e que estão publicitados na página da Câmara Municipal – o Partido Socialista considera premente fazer referência a estes procedimentos, alertando aqui para alguns aspetos de capital importância, dado que parece verificar-se uma certa previsibilidade – que, aliás, parece genérica – quanto aos resultados que poderão advir destes concursos.

E convém analisar esta situação mediante dois (2) prismas: o primeiro é mediante o prisma dos candidatos, e desde logo fazer aqui referência aos princípios que norteiam os procedimentos concursais comuns. Os procedimentos concursais são norteados por diversos princípios, e desde logo o principal é o princípio do direito de acesso à função pública, que significa que os



candidatos têm direito a um procedimento justo. E isto significa, ou tem associado diversos princípios, como a liberdade de acesso, o princípio da igualdade ou o princípio do mérito. E é importante referir que se forem escolhidos fatores ou critérios de avaliação em função de pessoas que já tenham uma prévia ligação precária ou temporária aos serviços, isto significará que o concurso está a ser utilizado de uma forma desviada, designadamente para consolidar ou estabilizar relações de trabalho com títulos precários, através sobretudo da sobrevalorização de específicos critérios, de específicas experiências profissionais adquiridas nos serviços do próprio organismo público que lança mão do concurso. Não pode deixar de referir-se o princípio da igualdade, que está claramente inerente a estes procedimentos, que visa garantir a possibilidade de cada candidato concorrer em pé de igualdade com os restantes, e garantir-se assim que o resultado do concurso não está de antemão determinado. Assim, em suma, são de preterir critérios de preferência ou mecanismos não concorrenciais que beneficiem aqueles que já estão previamente escolhidos, ou que foram previamente escolhidos de forma discricionária, ou que atendam de forma relevante ao facto de haver um prévio vínculo funcional com a entidade pública.

Portanto, o PS tem dúvidas se estes procedimentos concursais em questão têm levado estes aspetos em consideração. E depois, há os princípios que norteiam a Administração Pública, que não podem ignorar-se, e que claramente norteiam estes procedimentos concursais, como o princípio da prossecução do interesse público, que significa respeitar os interesses e direitos legalmente protegidos dos cidadãos, o princípio da igualdade (que já referi), o princípio da justiça e da razoabilidade, e o princípio da imparcialidade.

Para concluir, o PS receia que todos estes princípios que enumerei não estejam a ser observados da forma devida, pois com forte probabilidade, em particular no que se refere a algumas áreas destes procedimentos, os resultados destes procedimentos acabarão por resultar numa constituição de uma relação de emprego público por tempo indeterminado com pessoas que na atualidade desempenham funções no Gabinete de Apoio ao Presidente, ou com alguém com quem o município celebrou um contrato de prestação de serviços para funções de coordenação de projetos dirigidos à juventude.

É tudo. Obrigada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- **Olímpio Almeida (MCFT)** ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público, comunicação social, Marcoenses:

Como é do conhecimento de V. Exas., na última sessão desta Assembleia, de 30 de abril, apresentei aqui um pedido de esclarecimento à Câmara Municipal, que na altura foi decidido assim pelo Executivo Municipal, a resposta ser-me dada por escrito, a quem desde já agradeço a disponibilidade e o facto de me ter sido enviada em tempo útil. E a propósito disso, como os Srs. Deputados não tiveram conhecimento das respostas, visto que eu só formalizei as perguntas, deixava um pedido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal: que fizesse chegar as



respeitantes respostas a todos os Srs. Deputados, no sentido de saberem e terem conhecimento mais pormenorizado das respostas que, efetivamente, me foram dadas.

E é precisamente a propósito da primeira resposta que me foi dada que eu trago aqui uma recomendação ao Executivo Municipal.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

*“Olimpio José de Almeida, membro da Assembleia Municipal pelo Movimento Independente Marco Confiante com Ferreira Torres, vem nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento desta Assembleia Municipal apresentar uma recomendação à Câmara Municipal.*

*1. Na sessão desta Assembleia Municipal do passado dia 30 de abril apresentei um pedido de esclarecimento à Câmara Municipal, respeitante à cedência de dez (10) lugares de estacionamento a favor da Residencial do Marco, no qual fiz seis (6) perguntas, tendo o Executivo Municipal decidido responder por escrito às perguntas formuladas.*

*2. A Câmara Municipal, através do Ofício n.º 172, de 17 de maio de 2016, respondeu à pergunta “Sendo a Residencial do Marco a interessada nos lugares de estacionamento, qual a razão por que não existe no processo qualquer documento desta entidade a reclamar esse direito?” com a seguinte resposta: “As intervenções dos representantes da Residencial do Marco, Dr. Alexandre Machado, Dr. António Carlos Nogueira e/ou Dr. António de Miranda Carvalho no processo nunca foram realizadas por escrito, mas sim presencialmente, junto dos serviços do Município de Marco de Canaveses.”*

*3. No essencial, retira-se da resposta que no processo respeitante à cedência dos dez (10) lugares de estacionamento a favor da Residencial do Marco, não existem documentos escritos das intervenções dos representantes da Residencial do Marco, desrespeitando o previsto no n.º 1 do art.º 64.º do Código de Procedimento Administrativo, que impõe: “Das diligências realizadas oralmente são lavrados autos e termos que devem conter a menção dos documentos essenciais e da data e lugar da realização das diligências a que respeitam.”*

*4. Não é fácil perceber que o Executivo Municipal ceda um bem do município a um município com base em depoimentos verbais e de conhecimento presencial pelos serviços do município.*

*5. A resposta do Executivo Municipal é prova indubitável de que o procedimento administrativo que levou à cedência dos dez (10) lugares de estacionamento a favor da Residencial do Marco é completamente ilegal, por falta de iniciativa da única entidade que tinha legitimidade para o efeito. Por isso, o mesmo deve ser considerado nulo e de nenhum efeito.*

*6. Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 1.º do Código de Procedimento Administrativo, entende-se por procedimento administrativo a sucessão ordenada dos atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da administração pública, sendo que o n.º 2 do referido preceito legal encerra que entende-se por processo administrativo o conjunto dos documentos devidamente ordenados em que se traduzem os atos e as formalidades que integram o procedimento administrativo. À luz da Lei, é claro estarem afastados todos e quaisquer atos verbais, pois para o caso revelam-se flagrantemente inócuos.*



*7. Assim, na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, recomendo à Câmara Municipal do Marco de Canaveses que perante o disposto no n.º 2 do art.º 162.º do Código de Procedimento Administrativo, declare ela própria, enquanto ainda o puder fazer de forma voluntária e sem quaisquer outras consequências, a nulidade do procedimento administrativo que levou à cedência dos dez lugares de estacionamento a favor da Residencial do Marco, sob a combinação de, não o fazendo em prazo que se considere aceitável, qualquer interessado o poder vir a fazer junto dos Tribunais Administrativos, mas neste caso com eventuais e perfeitamente evitáveis consequências nefastas para o município.*

*Marco de Canaveses, 29 de junho de 2016  
O Deputado Municipal, Olímpio José de Almeida"*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Deputados: a coisa pública não deve ser gerida com ambiguidades. Na altura em que apresentei aqui o pedido, na última reunião, o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal encaminhou-me as respostas por escrito, mas não deixou de dizer parcialmente o seguinte, e passo a citar: "Ao contrário do que foi ventilado, existiram múltiplas trocas de correspondência entre os responsáveis da Residencial do Marco, respetivos advogados e Câmara Municipal do Marco de Canaveses, dando conta de compromissos assumidos e não honrados pela Câmara Municipal." Fim de citação. Por sua vez, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na resposta que me deu por escrito, e dentro do seguimento da mesma pergunta, respondeu-me, e passo a citar: "As intervenções dos representantes da Residencial do Marco, Dr. Alexandre Machado, Dr. António Carlos Nogueira e/ou Dr. António de Miranda Carvalho no processo nunca foram realizadas por escrito, mas sim presencialmente junto dos serviços do Município de Marco de Canaveses."

Afinal, no que ficamos? Há ou não há documentos escritos da Residencial do Marco no processo que serviu de suporte à cedência dos dez (10) lugares? Isso é que precisamos saber. Esta Assembleia Municipal tem o legítimo direito de saber, e eu, como deputado, quero saber se existem documentos escritos, ou não, da Residencial do Marco, no processo que suporta a entrega ou a cedência dos dez (10) lugares àquela Residencial.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Deputado, falta um minuto.

**--- Olímpio Almeida (MCFT) ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, os senhores decidam-se; expliquem a esta Assembleia Municipal qual das respostas que os senhores me fizeram chegar omite a verdade dos factos.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.



--- **Patrícia Vieira (Marco Positivo)** ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. e Sra. Secretária, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. e Sra. Vereadora, Exmos. Srs. e Sras. Deputadas, público aqui presente, público que nos ouve pela comunicação social:

Permitam-me iniciar por enaltecer o presente Executivo da Câmara acerca das obras que se encontram ainda em execução, nomeadamente a construção de passeios que vêm desde a Ponte de Canaveses, pela via de cintura externa da cidade, com acesso, então, ao centro da mesma. São manifestamente obras de relevância; temos de admitir que a entrada na cidade fica mais bonita, e que para os munícipes é um convite à prática de desportos que ligam, ou começaram a ligar esta parte da cidade ao então Parque Fluvial de Sobretâmega. Contra isso, nada. Contudo, parece-nos que de maior relevância para a população, e que favorece inevitavelmente um número maior de habitantes, são manifestamente as ditas redes públicas de saneamento básico e as ETAR's. E dou um exemplo muito próximo da extinta Freguesia do Freixo, várias freguesias do Alto Concelho, quanto à falha de saneamento, e à tão desejada ETAR de Vilar, na extinta Freguesia de Tuías. Continua a ser nosso entendimento que tudo se trata de dar prioridades nas obras a realizar. Bem sabem que não é prudente para ninguém comprar um carro topo de gama se não tivermos uma boa garagem para o estacionar.

Ainda acerca das prioridades, permitam-me uma sugestão, acerca da abertura da tão esperada Loja do Cidadão na Freguesia do Marco: parece-nos, de todo, que a implementação da referida loja, e atendendo à derivação de serviços que ali vão operar, que seja na parte mais antiga da cidade. Senão, vejamos: junto do comércio tradicional seria, manifestamente, e terão que concordar que seria uma mais valia para a rotatividade da população naquele referido local, para uma maior movimentação e entreajuda para o comércio local. Deixamos aqui a nossa sugestão, certos de que todos lutamos por um único objetivo: um Marco melhor, e cada vez melhor em prol da comunidade.

Para finalizar, permita-me subscrever na íntegra a participação da minha colega deputada Ana Moura. Agora, entre parêntesis, até se fizeram algumas apostas.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Pedro Reis.

--- **José Pedro Reis (PPD/PSD)** ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas e comunicação social, e todos os presentes.

A minha intervenção aqui hoje é a seguinte: é a nível do Sr. Presidente da Câmara, se nos pode informar, realmente, em que ponto e situação se encontram as tão esperadas acelerações, pelo menos às obras da eletrificação da Linha do Douro, o IC35, a EN211, que liga Baião a Cinfães, pela simples razão de que, realmente, direcionada à parte empresarial local, que possa trazer mais pessoas. Acho que, realmente, foi uma batalha muito grande, a qual foi conseguida, mas a aceleração está muito lenta. Eu gostava de saber até que ponto é que, realmente, se houve muito trabalho relativamente a isto que foi conquistado, todos nós precisamos de desenvolvimento, e que tragam vias com mais facilidade a todos que venham cá nos visitar.



Aquilo que eu, realmente, gostava que informasse a todos nós, Marcoenses, é em que ponto de situação é que isto se encontra.

É isto, de momento. Obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Deputado António Santana.

--- **António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD)** ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, Marcoenses, comunicação social:

Hoje venho cá para vos sugerir uma boa aposta, que é no próximo fim de semana estarem no Mercado Romano, e para se poderem divertir. *"In vinoveritas"* é o *slogan* deste ano do nosso Mercado Romano, deste evento que nós queremos levar a todos, e divulgar a nossa cultura, as nossas tradições. Este ano, a organização, a cargo dos Amigos de Tongóbriga, está a realizar grandes apostas, e vai surpreender-vos, com certeza.

Por isso, eu também queria aqui agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o facto de se ter disponibilizado para hoje estar a promover este evento no Porto Canal, e amanhã poderá estar também na RTP1, nas manhãs da RTP1, a promover o evento, e esperar que este seja, de facto, o melhor Mercado Romano dos seis (6) que já realizámos, e que vamos realizar (que este será o sexto).

Portanto, a todos, fica aqui o convite, gostaria de vos ver lá a todos, e gostaria que também transmitissem àqueles que nos possam visitar, para nos virem visitar, porque com certeza irão ter boas e agradáveis surpresas.

Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Deputado Bruno Pinto.

--- **Bruno Pinto (PS)** ---

Boa noite a todos. Eu vou dispensar os habituais cumprimentos, por uma questão de gestão de tempo.

Como é sabido, estamos a chegar a uma época muito especial para o Marco de Canaveses e para todos os Marcoenses, para aqueles que são daqui naturais, para aqueles que são residentes, ou simplesmente para aqueles que são visitantes e que nutrem um especial carinho pelo concelho. Em breve, teremos as nossas muito queridas Festas do Marco. Pretende-se que as Festas do Marco sejam um elemento catalisador e galvanizador do concelho como um todo. Devem servir para promover as nossas instituições e coletividades, mas também para dar um contributo importante aos agentes económicos que necessitam de estímulos e oportunidades como estas para mostrar os seus produtos e serviços. E mais que tudo isso, as Festas do Marco devem cultivar o orgulho de todos os Marcoenses em relação à terra que os viu nascer, à terra onde decidiram viver, ou simplesmente à terra que os recebeu com um sorriso para a vida, ou



simplesmente com um abraço por um dia. Esta é, portanto, uma época em que é mais fácil atrair, juntar, alimentar o orgulho e o sentimento pelo Marco, dar uma boa razão para as pessoas terem uma passagem ou voltarem ao Marco de Canaveses.

Percebendo que o programa recentemente divulgado para a Edição de 2016 sofreu poucas alterações se comparado com os dos últimos anos, acredito que temos ainda algo a fazer em termos de inovação, em termos de mobilização e atração das pessoas. Sinto que temos algo diferente a fazer quando olhamos para dentro e vemos os bons exemplos das Festas de Tabuado, quando vemos os bons exemplos das Festas de S. João em Alpendorada, e quando olhamos para fora e vemos exemplos como as Festas de Lousada, Sebastianas em Freamunde, ou as Festas de Junho, em Amarante – com o proliferar de festas que são realmente mobilizadoras e com muito sucesso, preenchidas muitas vezes por muitos conterrâneos nossos, e utilizando todas elas um modelo bastante diferente daquele que nós próprios utilizamos.

Neste sentido, eu gostaria de questionar o Executivo, em primeiro lugar, se já foi ponderado outro modelo de programa de festas, e se sim, por que razões não decidiram implementar. Número dois (2): se já foi ponderada uma maior concentração geográfica do programa das festas, mesmo que isso implique uma maior limitação da circulação nas artérias do centro da cidade. Número três (3): se já foi ponderada uma maior concentração temporal do evento, em três (3), quatro (4) dias, mas com um programa mais rico, atrativo e canalizando o investimento dos dez (10) dias atuais em três (3) ou quatro (4) possíveis, tal como acontece em alguns dos locais que referi. Número quatro (4): qual a razão para não incluírem no programa ações dedicadas e capazes de atrair públicos mais jovens, e que têm sido responsáveis pelo sucesso de inúmeros eventos na região – público esse que, na minha opinião, tem sido o mais esquecido no decorrer das diversas edições.

Faço esta intervenção porque acredito no Marco e nas suas pessoas; acredito que sabemos ser e fazer tão bem ou melhor que os outros; acredito que sentimos mais que os outros, e portanto, também aqui poderemos aspirar a ser melhores, ou os melhores à nossa maneira, à boa maneira do Marco. No futuro, espero que consigamos, no final de cada época festiva, espero que estejamos satisfeitos pelo que vivemos, e por sentir que fizemos muita gente feliz no nosso concelho, mostrando-lhes apenas aquilo que nós somos, e aquilo que nós fazemos.

Aproveito para desejar a todos umas boas Festas do Marco, e obrigado por este bocadinho.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís, e tem um minuto.

--- **Mário Luís Monteiro (MCFT)** ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Exmo. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Um minuto, eu tinha pensado hoje utilizar aqui para aí dez (10). Não, eu vou ser rápido, e não vamos perder tempo. Gostaria só aqui de fazer uma referência, um agradecimento à forma rápida como o Executivo deu resposta – embora isso ainda não esteja completo, ainda haja outros aspetos a corrigir, que estão em análise – à solicitação que aqui apresentei na última



Assembleia, relativamente à sinalização e alguns riscos que havia junto à EB 2/3 de Alpendorada.

Queria agora apresentar um voto de louvor, do seguinte teor:

*“Iniciada a prática do andebol em 2007, e entrando oficialmente em competições oficiais em 2008, a ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, desde aí não mais parou de evoluir, somando êxitos sucessivos que a tornaram dos mais importantes clubes de andebol feminino nacional. Esta época desportiva tem-se revelado muito exitosa, pois apesar da descida de divisão das seniores femininas, as iniciadas obtiveram o quarto lugar nacional, as juvenis foram vice-campeãs regionais, as juniores sagraram-se campeãs regionais, e as meninas do escalão minis vão ainda disputar a fase final nacional, com grandes hipóteses de vencerem a competição.*

*Após a conquista do título de campeãs nacionais no escalão júnior feminino, na época desportiva transata, as jovens atletas do escalão infantil feminino, após uma sofrida final no Pavilhão do ABC de Braga, no passado dia 19 de junho de 2016, seguiram os passos das suas colegas mais crescidas e sagraram-se também campeãs nacionais.*

*Pelo exposto, propõe-se a atribuição de um voto de louvor à ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, pela brilhante época desportiva e, essencialmente, pela conquista do título de campeãs nacionais no escalão infantil feminino.*

*Marco de Canaveses, 29 de junho de 2016*

*Os proponentes, Mário Luís Monteiro e Domingos Manuel Dias”*

Obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Maria José Cerqueira.

--- **Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Alviada e Folhada, PPD/PSD)** ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, colegas, público e comunicação social:

Venho aqui questionar o Executivo da Câmara, apesar de ser um assunto que não afeta e que não diz respeito a muitos de vocês, eu vou apresentá-lo porque, realmente, está-me a preocupar uma situação que diz respeito à minha freguesia. Tem a ver com o equipamento da Câmara que está constantemente avariado, mais concretamente motoniveladora e trator de braço, que são dois (2) equipamentos que dizem muito às freguesias que têm vias, que têm ruas em terra batida, como é o caso da Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada. Normalmente, quando peço, ou quando solicito o serviço deste tipo de equipamento, a resposta que me dão é que ou está avariado, ou os funcionários estão de baixa médica, ou estão de férias, e acontece que passam vários meses, no decorrer do ano, em que não consigo obter ajuda deste tipo de equipamento.

Depois, também queria perguntar, uma vez que este ano foi um ano impróprio para as ervas, tendo em conta as chuvas que se fizeram sentir no inverno e na primavera, nós temos as ruas –



e se calhar os meus colegas, também acontece o mesmo nas outras freguesias – temos as ruas bastante sujas, e a vegetação, até em muitos casos, está a dificultar a normal circulação dos veículos automóveis. Acontece que nós – eu falo por mim, Junta de Freguesia – temos tentado dar resposta às solicitações e às maiores urgências, mas temos os casos das vias que são da responsabilidade da Câmara, e que até ao momento ainda não consegui resposta para saber quando é que vão começar com a limpeza dessas vias. Na informação que colhi, apercebo-me que o processo concursal para a limpeza das ruas ainda não foi lançado, ainda não foi iniciado, o que quer dizer que poderemos chegar ao final do verão sem essas ruas limpas. Nós, Presidentes de Junta, gostamos, no verão, de ter as ruas limpas para receber os emigrantes, para receber as pessoas que nos visitam nas festas religiosas, nas festas das associações, e é para nós muito difícil explicar às pessoas por que é que as ruas não estão limpas, porque o que nos dizem é que a limpeza das ruas, e a limpeza das freguesias, deve ser das primeiras coisas a levarmos em conta, ou a termos em conta e em consideração. Eu gostava que o Executivo da Câmara também considerasse isso. É uma despesa, realmente, e eu estou a sentir isso porque estamos a ter despesa adicional, uma vez que temos ao serviço da freguesia a brigada dos cantoneiros, mas acontece que a brigada dos cantoneiros é cada vez menos eficiente, os funcionários cada vez estão mais velhos, alguns deles a trabalhar, se calhar, não a cem por cento (100%), mas com alguma limitação, dada a sua idade e dada a sua condição física e de saúde, o que faz com que a resposta não seja a mesma que era há cerca de dez (10) anos atrás – e eu posso dizer isso, porque há dez (10) anos atrás também estava lá, e realmente sentia que havia uma resposta mais eficiente. Não havendo essa resposta, nós gostaríamos de obter, por parte da Câmara, uma ajuda para ver se dávamos resposta a essas solicitações e esses pedidos que a população nos faz.

Depois, também queria perguntar, e uma vez que também me toca diretamente, porque temos a gestão das águas da Légua ainda em nosso poder, gostava de saber qual era o ponto de situação relativamente às negociações com as Águas do Marco, como é que está o processo de negociação com as Águas do Marco.

E é só. Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Dava a palavra à Sra. Deputada Cristina Vieira, e tem um minuto e dez (10) segundos.

**--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---**

Dispensados os cumprimentos, eu venho cá para falar num assunto que o Sr. Deputado Olímpio Almeida já falou, e dizer que, de facto, eu fiz uma questão ao Sr. Presidente da Assembleia na última reunião, perguntando-lhe qual era o cargo que ele exercia, se é que exercia algum cargo na Santana & Cia., quando foi requerida à Câmara a autorização ou marcação de uma escritura para passar os dez (10) lugares para a Residencial do Marco, e o Sr. Presidente da Assembleia respondeu-me ontem, dando conta de que, na altura, em 2009, era, de facto, Vogal do Conselho de Administração da empresa.

Contudo, o Sr. Presidente assumiu a Presidência do Conselho de Administração da Santana & Cia. nos primeiros dias de setembro de 2011. Era vogal em 2009, e nos primeiros dias de setembro de 2011 assumiu a presidência. E foi exatamente a 21 de setembro de 2011 que a



Santana & Cia. veio requerer, ou comunicar à Câmara Municipal, o agendamento da escritura pública para o mês seguinte, em outubro de 2011.

Sr. Presidente da Assembleia, queria fazer-lhe uma pergunta: se foi, de facto, o Sr. Presidente, em 2011, como Presidente da Santana & Cia., que comunicou à Câmara esse agendamento da escritura, e se é a sua assinatura que está no documento datado de 21 de setembro de 2011, que se encontra no processo – que é este documento – se é, de facto, a assinatura do Sr. Presidente da Assembleia que aqui está. E por quê? Porque eu também queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente: queria perguntar-lhe se considera que na reunião em que isto foi aqui votado – na reunião em que isto aqui foi votado, os lugares da Residencial do Marco – o Sr. Presidente reunia, ou continuava a reunir condições para presidir aos trabalhos da Assembleia nessa reunião. E por quê? Porque este assunto foi aqui votado, e o Sr. Presidente tinha interesses diretos, no desempenho das suas funções, quer como vogal, quer como Presidente da Santana & Cia., quando este processo foi desencadeado, em 2009 e 2011. Sr. Presidente da Assembleia, eu considero que devia ter tido em atenção o art.º 66.º do nosso Regimento da Assembleia – do nosso Regimento da Assembleia – e do art.º 48.º do Código de Procedimento Administrativo, que diz que é preciso ter isenção.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Eu vou só responder, aqui de uma forma rápida, cinco (5) segundos. Sra. Doutora, eu tenho pena que a Sra. Doutora não perceba o que é uma empresa, e o que é a gestão de uma empresa. A gestão da empresa está em atas. E portanto, a Sra. Doutora, quando quiser saber o que é que eu fiz naquela empresa, basta pedir as atas da empresa, e aí vai ver lavrado – ou em acervo, como se costuma dizer – tudo aquilo que eu fiz na empresa Santana & Cia. Independentemente dos cargos – e já agora, para informação, eu sou o Presidente do Conselho de Administração em dezenas de empresas – independentemente dos cargos, eu não assumi nenhuma posição na Santana & Cia. Não há de ver em nenhuma ata, a não ser nas contas, nenhuma posição minha.

E gostaria de lhe dizer outra coisa, Sra. Doutora: o que nós estamos aqui a discutir foram dez (10) garagens que a Santana & Cia. fez e que entregou a alguém. É isto que estamos aqui a discutir. E é importante que as pessoas que estão em casa percebam, porque nós não queremos fazer disto um caso político: a única coisa que nós fizemos foi: quando comprámos uma parte da empresa, já estava este acordo feito com o anterior Presidente da Câmara do Marco, e com os antigos acionistas da Santana, e a única coisa que a Santana fez foi cumprir, fazer dez (10) garagens e entregá-las a alguém. E é isto que estamos a discutir, Sra. Doutora. Eu sei que lhe dava muito interesse, à Sra. Doutora, dar-lhe-ia muito interesse fazer disto um caso político. Portanto, a única coisa que fez a Santana foi pegar em dez (10) garagens e entregá-las a alguém. Sra. Doutora, e sobre isto, não sou eu, de certeza absoluta. Achava que aparecia ali “Coutinho”, não era? Dava-lhe jeito. Não sou, Sra. Doutora. Mas, eu sei, Sra. Doutora.

Portanto, Sra. Doutora, quando quiser saber o que é que eu fiz nessa empresa, agradeço que peça as atas, eu entregar-lhe-ei as atas todas da empresa, porque a Sra. Doutora quer fazer disto um caso político, Sra. Doutora, e fica-lhe muito mal, porque eu sei que os voos são outros, mas já lhe disse da outra vez: por estes, vão ser todos rasantes. Tenho dito.



Daria agora a palavra ao Executivo para responder às questões. Relembra ao Sr. Presidente que tem quinze (15) minutos para dar respostas aos assuntos. As que não conseguir, dará depois às pessoas noutra sítio, porque gostaria de cumprir hoje os tempos de toda a gente. Sr. Presidente, só pode responder àquelas que puder.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Quinze (15) minutos para responder, quando as perguntas se fazem em segundos, e as respostas levam mais do que segundos, às vezes, dadas as matérias relevantes que foram também colocadas nalguns casos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Começando pelas questões colocadas pela Sra. Deputada, Dra. Ana Moura Pinto, devo dizer que a primeira edição, de facto, do Orçamento Participativo Jovem, não tivemos um relatório final, em termos de uma avaliação; houve, sim, o relatório resultante daquilo que foi a avaliação feita das propostas que foram apresentadas, para ver aquelas que se enquadravam nas atribuições e competências do município, e depois foi a votação que aconteceu por parte dos jovens Marcoenses. E estamos a dar cumprimento àquilo que foram os dois (2) projetos mais votados. Poderemos ter isso em consideração nesta segunda edição, que já está a decorrer, e que nós desejamos que haja maior participação, porque desejamos que haja o máximo de participação dos jovens, dos dezasseis (16) aos trinta e cinco (35) anos, que podem fazê-lo, apresentando, exatamente, de acordo com aquilo que nós sabemos que é a capacidade, a imaginação, a inovação e a criatividade dos jovens Marcoenses, que apresentem boas propostas para que uma comissão técnica depois as avalie, para ver se se enquadram dentro das atribuições e competências do município, e a seguir ponhamos à votação de todos os jovens Marcoenses, para escolherem as duas (2) melhores propostas, no valor máximo, de cada uma, de quinze mil euros (15.000€), num total de trinta mil euros (30.000€), a integrarmos no próximo Plano e Orçamento de 2017.

Quanto às descargas no rio, depois o Sr. Vice-presidente da Câmara responderá, que são as questões ligadas com um dos pelouros que lhe confiei, do ambiente.

Procedimentos concursais: bem, a senhora falou aqui de um conjunto de princípios que nós, naturalmente, queremos preservar e valorizar. Também queremos ter em consideração o seguinte: não há aqui, a meu ver, *capso diminutias* em relação a todo e qualquer cidadão da nossa terra – e da nossa terra, aqui entenda-se em sentido amplo, Portugal – Portugal – e naturalmente, começando pelos de Marco de Canaveses, e começando, naturalmente, por aqueles que prestam serviço já há muitos anos nesta casa, e até que têm já vínculo, exatamente, à administração pública local. Devo dizer que só para assistentes administrativos, que é para selecionar seis (6) colaboradores para os Espaços do Cidadão, espalhados em cinco (5) pontos do nosso concelho, a começar pelos Paços do Concelho e mais quatro (4) freguesias, devo dizer que estão neste momento admitidos a concurso – que vão ser feitas as provas de conhecimento no dia 5 de julho, se a memória não me traiçoa – mais de trezentos e cinquenta (350) candidatos. Sei que vários dos candidatos são até já colaboradores com vínculo nesta Câmara Municipal. Por quê? Porque, naturalmente, têm vontade de progredir, e é justo, e é



perfeitamente admissível que progridam na sua vida profissional, porque estão congeladas as carreiras há muitos anos, a meu ver injustamente, há anos demais. Digo, como social democrata convicto que sou, que não devia acontecer isso, e que devíamos dar oportunidade a todos os nossos colaboradores de se valorizarem, como queremos que sejam valorizados com a formação que fazem ao longo da vida profissional, e terem oportunidade também de progredir, de, naturalmente, continuar a ascender na carreira profissional. Acho que isso é bom. Querem concorrer, podem concorrer todos aqueles cidadãos que desejarem, independentemente de terem, ou não, vínculo já à função pública.

A Sra. Doutora fez também um conjunto de insinuações, que não me parece que sejam justas. Para já, digo-lhes isto com a máxima franqueza, até porque, como sabe a senhora, também como cidadã, que é do Marco de Canaveses, que também está num desses concursos, o que é perfeitamente legítimo e normal, e por isso, como deve calcular, está exatamente no mesmo pé de igualdade que todos os demais, sendo certo que a Lei diz que quem tem vínculo tem uma prerrogativa para poder até ter mais facilidade de ascender a esses lugares. Tão simples quanto isso, e não fui eu que fiz a Lei; já ajudei a fazer, quando era deputado da Assembleia da República, agora só as tenho que observar.

Quanto ao Sr. Deputado Olímpio Almeida, a resposta ao requerimento que lhe demos sobre a questão da cedência dos dez (10) lugares de estacionamento à Residencial do Marco, o Sr. Vice-presidente da Câmara, que tem acompanhado este *dossier*, mais uma vez – mais uma vez – o esclarecerá, porque, efetivamente, esses esclarecimentos, temo-los dado de uma forma abundante nesta Assembleia Municipal, também aqui através dos requerimentos que fez, e a resposta que lhe demos, e até, como sabe, já levou essa questão também ao nosso Conselho Municipal de Segurança.

Sra. Deputada, Dra. Patrícia Vieira, quanto à questão das obras que estamos a fazer, devo dizer que é uma grande alegria e satisfação, porque não queria terminar o meu terceiro e último mandato sem poder ter a cidade com os passeios todos executados, rebaixar passeios, porque sou a favor da inclusão, uma cidade de inclusão, para que todos os cidadãos de mobilidade reduzida, de cidadãos diferentes, possam caminhar na nossa cidade. E tenho pena, realmente, que ainda não tenhamos a oportunidade de ter isso mais ainda ao longo de todo o território municipal, porque era desejável. Temos também feito noutros pontos do concelho, noutras freguesias, na Vila de Alpendorada, numa ou noutra freguesia, mas naturalmente que gostamos e queremos mais. E eu espero que quem me suceder possa ter oportunidade de fazer mais e melhor, sendo certo que nos mil e setenta (1.070) quilómetros de estradas e caminhos municipais, fora as estradas nacionais – que ainda teremos mais do que mil e setenta (1.070) quilómetros de caminhos e estradas municipais – com certeza que vai levar dezenas e dezenas de anos para termos, realmente, todos os passeios executados ao longo dessas vias de comunicação. Mas, estamos a fazê-lo, e com muito gosto.

Agora, é evidente que eu considero isso também importante para a segurança, também para a própria beleza, que disse que a cidade está a ficar mais bonita. Agora, é evidente que o saneamento também é indispensável a uma cidade e a um concelho desenvolvido, com qualidade de vida para os seus cidadãos, e é por isso que estamos a lutar. E já agora, aproveito para responder que em relação às Águas do Marco, continuamos a persistir, a ser resilientes, não desistimos, ao longo de onze (11) anos, de tentar, em diálogo e em concertação de



vontades com a empresa Águas do Marco, procurando aqui também ter o concurso, naturalmente, dos Governos de Portugal, e já do atual Governo inclusive, da ERSAR, e com as Águas do Norte – e tenho pena que tivesse agora saído o Sr. Presidente, Eng.º Martins Soares, porque ele estava dentro do *dossiere* fez tudo para nos ajudar a podermos, realmente, criar condições para que tivéssemos sucesso, não só, por um lado, resolver este problema com as Águas do Marco, e integrarmos o sistema multimunicipal Águas do Norte, porque faz sentido. E como social democrata, quero aqui dizê-lo com toda a convicção: sou contra a privatização da água e do saneamento. A água é um bem vital que diz respeito a todos nós, e deve ser público, e não privado. E por isso, lamento que tivesse sido concessionada a água e o saneamento na nossa terra a uma entidade privada. É isso que quero dizer, disse-o sempre coerentemente, e mantenho-me fiel a essa minha coerência.

Ainda quanto à questão da Loja do Cidadão: a Loja do Cidadão, há uma coisa que eu queria: ter uma Loja do Cidadão na cidade de Marco de Canaveses. É evidente que sabemos que há necessidade de não deixar desertificar partes da cidade de Marco de Canaveses, como é a sua zona mais antiga, mas o importante é termos uma Loja do Cidadão. E neste momento, perante aquilo que tem sido o diálogo com a Agência para a Modernização Administrativa, que tem a tutela das Lojas do Cidadão, é evidente que teremos, se calhar, que nos governar com algo que está, neste momento, à disposição da Câmara Municipal, que é o Marco Fórum. Vamos ver se conseguimos criar condições para que ela ali possa funcionar, uma vez que já lá tem um serviço muito importante, como são os serviços da Segurança Social. Vamos ver se somos capazes de a poder lá encaixar, mas teremos que fazer obras de adaptação do edifício para o efeito, e vamos ver se os serviços, outros serviços, querem realmente também lá ficar, para integrar a Loja do Cidadão.

Quanto ao Sr. Deputado José Reis, dizer, e vou ser muito telegráfico, porque o tempo não permite, senão gostava de dizer mais alguma coisa: como sabem, para início de conversa, o investimento público está a parar, e diria que nalguns casos está totalmente parado, o investimento público. E isso não é da nossa responsabilidade, como é bom de ver.

O IC35, o anterior Governo lançou o primeiro lanço, entre a A4 e Rans, não se vê, ainda não se vislumbra quando é que a obra vai ser lançada, depois de o concurso ter sido lançado ainda na vigência do anterior Governo de Portugal.

Eletrificação da Linha do Douro: com muita preocupação nossa, tem tido já grandes atrasos. Ainda hoje de manhã falei com o Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal, que vai passar agora a ser o novo Presidente do Novo Banco, e disse-me que está a tentar fazer tudo para que esta obra não seja posta em causa, para ver se conseguem encontrar uma situação que poderá passar por uma cessação da empreitada a uma empresa que é espanhola, que está com muitas dificuldades financeiras, para que, efetivamente, até subempreiteiros possam agarrar a obra e concluí-la com sucesso. Vieram aqui deputados, na semana passada, deputados eleitos para a Assembleia da República pelo PSD, do Distrito do Porto, que também vieram cá, preocupados com essa situação, e que iam também fazer o seu magistério de influência para que esta obra fosse concluída com sucesso, porque é importante termos, realmente, os comboios no início do próximo ano, e é possível ainda recuperar algum atraso que já tem a obra, de execução, para que tenhamos comboios, com a linha eletrificada até ao Marco de Canaveses, uma vez que aqui



é o terminal dos comboios suburbanos do Porto, para servir estes concelhos da nossa região, e também os munícipes de Marco de Canaveses.

Também dar nota da variante de Quintã – não é Baião – Cinfães; é Quinta – Soalhães – Marco de Canaveses, entrando depois em Baião e Mesquinhata, depois volta a entrar (que é quase a obra toda no Marco de Canaveses) pelos Encambalados, em Paredes de Viadores e Manhuncelos, e depois vai até ao tabuleiro, até à barragem, passar para Cinfães pelo tabuleiro da Barragem do Carrapatelo. Infelizmente – e eu não vou ter tempo para ler – fizemos uma reunião, eu, o Sr. Presidente da Câmara de Cinfães, o Sr. Presidente da Câmara de Baião, fomos ao Secretário de Estado atual das Infraestruturas, que na altura da audiência, disse que não podia dar uma resposta, mas que havia muitos constrangimentos financeiros. A obra foi lançada pelo anterior Governo, em julho do ano passado (há um ano); devo dizer que já devia estar, neste momento, a começar a obra no terreno, e ainda estão a elaborar o relatório preliminar, e dizem que já não haverá obra este ano, quando muito no próximo ano. É a resposta que recebemos, passado duas (2) ou três (3) semanas da nossa audiência com o Sr. Secretário de Estado, que na altura não tinha ainda um conhecimento sobre a matéria, e então disse que depois nos responderia por escrito. E diz que, efetivamente, isso poderá vir a acontecer, exatamente, quando muito, no próximo ano. Uma obra que são “peanuts” em investimento nacional, três vírgula seis milhões de euros (3.600.000€), e é uma obra que estava previsto fazê-la em quatrocentos e cinquenta (450) dias, e ainda não passou do relatório preliminar, que ainda está em elaboração – depois é o relatório final, e depois a adjudicação, etc. É o que posso dizer, com muita pena nossa, e esperemos que possamos todos fazer um magistério de influência para que esta obra não pare, e que o concurso não seja anulado, e que possa ser concluído, e a obra no terreno, que bem precisamos, porque está ali aquela vedação há mais de dez (10) anos, ali em Soalhães, e gostaríamos de ver a ligação, porque Cinfães também precisa, e nós também, com Baião.

Sr. Dr. Bruno Pinto, eu naturalmente registo a sua apreciação sobre a falta de inovação das Festas do Marco de Canaveses. Tive uma preocupação, e isso, penso que foi inovador, foi quando comecei, no meu primeiro mandato, dizer que as Festas do Marco deviam ser muito partilhadas por todos nós, cidadãos Marcoenses. São as festas dos cidadãos do Marco, para também quem nos visita, e por isso quis também partilhar muito isso com as nossas instituições e coletividades, para que as festas fossem genuinamente do Marco de Canaveses, valorizar aquilo que temos de bom na nossa terra. E temos muitas e boas instituições culturais, desportivas, recreativas, sociais, humanitárias, e essas devem integrar as festas. É realmente esse grande modelo das Festas de Marco de Canaveses. E agora para não estar – porque senão esgote o tempo, mas tenho aí, está aí o programa, eu gostava muito de sublinhar exatamente as grandes inovações: a inovação de trazer as marchas à cidade, que não existia antes, e acho que é um cartaz turístico lindíssimo, gostava que até houvesse mais freguesias a participar com as marchas; de fazer, exatamente como temos feito – só para citar – a Confraria do Anho Assado com Arroz de Forno traz trinta e seis (36) confrarias de todo o território nacional, incluindo a Madeira e os Açores, com um espetáculo de cor no desfile, e depois, naturalmente, a degustação do anho assado, este ano ainda vai ser na Casa de Quintã, em Soalhães, este ano, e eles vão ficar encantados, que está cada vez mais bonita. Ainda hoje lá estive, num almoço com a nossa Universidade Sénior, cada vez está mais bonita, estão a fazer muitas obras na envolvência para termos ali mais de quarenta (40) camas, e é muito importante para o Marco ser cada vez mais um destino turístico na região e em Portugal, é muito importante. E por isso, é



também algo muito importante, eles virem, trinta e cinco (35) ou trinta e seis (36), como tem sido nos últimos anos, confrarias de todo o território nacional, correspondendo àquilo que tem sido a nossa ida como embaixadores, os nossos confrades e confradeiras, por todo o território nacional. Tem sido muito bom, honra-me de ter lançado esta confraria, como lançámos a Confraria do Granito para o Baixo Concelho, tem sido muito importante para a promoção daquilo que são os nossos produtos endógenos, que são, realmente, do nosso território de Marco de Canaveses. E podia dizer mais, estava aqui à procura do cartaz.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Presidente, o tempo está a acabar.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Podia dizer muito mais, como vocês sabem, manter o folclore, a etnografia, cultura popular – eu gosto imenso da cultura erudita, é por isso que também tentamos fazê-la, com a cultura popular; o Festival de Folclore de Marco de Canaveses, que é muito importante, o Prémio Cármen Miranda, com que procuramos valorizar as festas, dois mil e quinhentos euros (2.500€), desde que se celebraram os cem (100) anos dela, é o sétimo ano que fazemos, este ano quase setenta (70) trabalhos, de Portugal e alguns do estrangeiro, com mais de quarenta (40) artistas, quase cinquenta (50) artistas que concorreram. Acho que isso honra o Marco de Canaveses, e acho que promove e projeta o Marco de Canaveses.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Presidente, um minuto.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

A CERCIMARCO, que faz a sua Noite Solidária, muito importante, dentro daquilo que temos sempre defendido, de sermos uma cidade e um concelho de inclusão. E depois, tudo o mais, os concursos dos vinhos, para valorizar também algo, cada vez mais medalhados a nível nacional e internacional, etc., etc., para além da parte religiosa, que é o último dia. E depois, temos cá este ano o David Carreira, que espero que tenha uma grande moldura humana no nosso Estádio Municipal.

Por isso, meus amigos, é evidente que se nós tivéssemos mais dinheiro, podíamos trazer mais artistas, porque eu também gosto do intercâmbio com os artistas da terra, com as nossas instituições da terra, porque isso é que queremos que seja também um cartaz. Gostava de pôr na televisão, não temos dinheiro para pôr na televisão; pomos no Jornal de Notícias, pomos no jornal A Verdade, pomos nas rádios da região, mas não temos dinheiro, porque isso custa muitos milhares e milhares de euros, se pusermos *spots* na televisão, em qualquer canal.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Presidente, o seu tempo terminou.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente, se me permitir mais um minuto, quanto ao voto de louvor à ARCA, parece-me muito bem, já o fizemos na Câmara Municipal. Vamos receber aqui, uma vez que se trata do campeão nacional, dos infantis de andebol feminino, aqui nos nossos Paços do Concelho. Ainda não foi possível acertar – ou melhor, agora já temos o dia 13, vai ser em plenas Festas do



Marco; eu gostava que tivesse sido logo na primeira semana a seguir, mas não foi possível acertar com a respetiva equipa, e agora vai acontecer no dia 13 de julho.

Quanto à Dra. Maria José, a motoniveladora e o trator de braços, já sabe a minha opinião, temos falado sobre a matéria. Infelizmente avariaram, é verdade; é verdade também que os nossos trabalhadores, alguns deles têm-se reformado, estão também já a ficar um pouco velhos, e daí, se calhar, metem por vezes mais baixa, e também têm direito legitimamente às férias, e são sagradas – todos têm direito às férias, são sagradas para todos os cidadãos e trabalhadores da nossa terra também.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Presidente, agradecia que concluísse.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Agora, é evidente que a mim custa muito, custa muito que eles fiquem muitas vezes ali, muitas vezes tempo demais, e às vezes vêm com o argumento... porque há procedimentos que temos que fazer, isto não é assim como antigamente era, mandar fazer logo, e depois logo se via quando se pagava. É por isso que estamos a pagar a dívida que estamos. Não, agora paga-se, e com procedimentos. É essa a diferença.

Já falei das águas. E a Dra. Cristina Vieira, em relação à questão da empresa Santana, já referiu o Sr. Presidente da Assembleia, mas queria dizer uma coisa, e é verdade: nós só estivemos a cumprir algo que devia ter sido feito há vinte (20) ou mais anos atrás. Só isso. E aí, nessa altura, os atuais acionistas não eram os mesmos, a Câmara não era a mesma. Quem fez, naturalmente, aqueles compromissos, deviam tê-los honrado em tempo útil; e nós quisemos apenas regularizar uma situação que estava por regularizar há mais de vinte (20) anos, e acho que cumprimos o nosso dever, cumprimos a nossa obrigação.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Presidente, eu agradecia que concluísse.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente, se puder só deixar o José Mota, em complemento, com a tolerância da Assembleia, agradecia. Tentei ser o mais rápido possível.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Faça favor. Acabou com um minuto e quarenta e quatro (44). Desculpe, já agora vou terminar: assim como a Dra. Cristina Vieira terminou com mais trinta (30) segundos, e o Dr. Mário Luís acabou com mais um minuto. Mas, Sr. Dr. Rolando Pimenta, eu gostaria só de explicar aqui uma coisa. Sr. Dr. Rolando Pimenta, eu penso que pronunciarmo-nos sobre os outros é uma coisa que não nos fica bem, se me permite. Aqui, são Srs. Deputados que tomam... aquilo que aconteceu hoje – já agora, para percebermos – foi um minuto e quarenta e quatro (44) que o Sr. Presidente falou a mais, foi um minuto e dez (10) segundos que o Dr. Mário Luís falou a mais, e foram vinte e tal segundos, penso eu, ou trinta e tal segundos que a Dra. Cristina Vieira falou a mais. E portanto, nós tentamos tratar as pessoas da mesma forma, já tentei explicar isso várias vezes.



Portanto, a única coisa que eu ia pedir era se davam três (3) minutos ao Sr. Vice-presidente. Foi isso que eu fui perguntar há bocado, três (3) minutos. Se os senhores não derem, a resposta não fica. Ouça, para mim, eu só tenho que gerir a Assembleia da forma como os senhores querem. A pergunta aqui é: ou se dá o tempo, ou não se dá o tempo; a maneira como as pessoas vão responder, são as pessoas que respondem, penso eu.

Portanto, os Srs. Deputados autorizam o tempo, ou não? Quem vota contra dar três (3) minutos ao Sr. Vice-presidente? Penso que ninguém vota contra. Dava a palavra, então, ao Sr. Vice-presidente para responder, penso que era às questões do Sr. Deputado Olímpio Almeida, penso eu. Mas, não sei, agora perdi-me um bocadinho. A três (3) deputados, pronto. Então, faça favor.

**--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---**

Bom, então, muito boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, caros vereadores, Sr. Presidente da Assembleia, caros deputados, munícipes que nos acompanham na Assembleia e aos microfones da rádio e da comunicação social presente. Muito boa noite a todos.

Rapidamente, tentando ir ao encontro das questões, sobre a questão que o Sr. Deputado Olímpio Almeida e, de alguma forma, a Sra. Deputada Cristina Vieira colocaram, eu devo apenas lembrar o seguinte, e para ser muito sintético: a Câmara Municipal trouxe aqui à Assembleia para aprovação uma proposta que tem a ver tão somente com o cumprimento de um compromisso que o município assumiu no ano de 1994, quando era Presidente da Câmara o Sr. Avelino Ferreira Torres, que é exatamente o líder que dá nome ao Movimento político pelo qual o Sr. Deputado Olímpio Almeida se candidatou e foi eleito. Portanto, foi um compromisso assumido nessa altura, por esse Executivo Municipal, por esse líder, que assumiu que a Câmara Municipal, em tempo oportuno, transferiria para a Residencial do Marco dez (10) lugares de estacionamento num edifício que ainda ia ser construído, e dez (10) lugares de estacionamento na via pública. E a Câmara que nós integramos apenas deu cumprimento a esse compromisso. Nós não assumimos compromisso nenhum; nós cumprimos o que os outros obrigaram a Câmara a fazer. A Câmara honra os compromissos assumidos, independentemente de quem os tenha feito. Pronto, primeira questão.

Segunda questão: relativamente à Sra. Deputada Maria José Cerqueira, dizer o seguinte: a empreitada de limpeza de vias, de facto, está agora a decorrer. Não o fizemos mais cedo por uma razão muito simples: porque, como sabem, infelizmente ou felizmente, este ano choveu muito. E portanto, se a tivéssemos feito mais cedo, só teríamos era que voltar a cortar as ervas, porque quem já o fez, em maio, por exemplo, neste momento as ervas voltam a ter um metro de altura. Portanto, são contingências do clima, issonós não conseguimos condicionar. E portanto, por opção, atrasámos cerca de um mês o procedimento concursal, exatamente para que agora, com o calor, as ervas que sejam cortadas não voltem a crescer. Sabemos que eventualmente isto não irá ao encontro de todos os interesses de todas as freguesias. De alguma forma por isso também sabemos que as freguesias estão dotadas de meios cedidos pela Câmara – ou financeiros, ou materiais e humanos – para que, se assim entenderem, possam intervir de uma primeira vez naquilo que entenderem. Mas, o procedimento concursal da Câmara está neste momento a decorrer.

Quanto à questão da transferência das águas da Léguas, neste momento estamos a aguardar ainda – sei que já há muito tempo que está a decorrer – uma decisão por parte das Águas do



Norte para que, de facto, possamos fazer a ligação, uma vez que temos que ter a garantia do abastecimento de água a partir da rede em alta que está instalada no Município de Amarante.

No que diz respeito à intervenção da Sra. Deputada Ana Moura Pinto, relativamente à informação de que há descargas de efluentes diretamente para o rio, e provenientes de uma empresa, aquilo que é do conhecimento geral do município já há muitos anos é que, de facto, em tempos – há cerca de vinte (20) anos eventualmente, ou mais – terá sido feita, por intermédio de vários empresários da zona da Agrela, uma conduta, um coletor para uma fossa que foi instalada junto ao Rio Bufa, ou Ribeiro Bufa, e que dessa fossa, volta e meia, há escorrências para esse ribeiro. A Câmara do Marco tem procurado colaborar no sentido de ir fazendo algumas descargas dessa fossa. Eventualmente, neste momento, poderá haver alguma descarga que possa estar a ser feita de forma mais permanente. Não sei, mas eu vou procurar saber essa informação. Em todo o caso, penso que a questão não se remete a uma empresa; penso que é um coletor que recolhe efluentes de várias empresas, segundo julgo saber, embora haja uma dúvida sobre de quem é a responsabilidade desse coletor, porque infelizmente não há muitos dados nesta Câmara sobre a obra que, na altura, terá sido realizada. Mas, eu tentarei rapidamente – amanhã já – esclarecer alguma situação mais anómala que possa estar a decorrer neste momento.

E é só. Muito obrigado pela vossa atenção.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Mas, é uma resposta? Eu dava, então, a palavra aqui, que é para ficar registado, se não se importa. Mas, ele não vai poder responder, porque ele não tem mais tempo.

**--- Olímpio Almeida (MCFT) ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só pretendia que o Sr. Vice-presidente me respondesse “sim” ou “não”: existe algum documento da Residencial do Marco no processo que serviu de suporte à cedência dos dez (10) lugares? Sim ou não? Porque senão, todo o processo é ilegal.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

A questão está colocada, e foi clara, foi absolutamente clara. Dava a palavra ao Sr. Vice-presidente, se quiser responder. Claro que sim.

**--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---**

Bom, francamente, eu penso que há momentos em que a gente deve encerrar capítulos, e há outras instâncias onde a gente, se quiser, pode continuar a dirimir o assunto. Com certeza, Sr. Deputado, eu só lamento é que quando o senhor teve responsabilidades formais dentro do município, uma vez que foi Comandante Operacional da Polícia Municipal, não tenha dado um grande contributo para a resolução deste assunto, uma vez que, de facto, a política de trânsito lhe estava confiada. Isso é que eu lamento profundamente, e aí sim, tinha-nos evitado este incómodotodo. Claro, claro, só estamos a falar de decisões que têm já um passado longínquo, e é bom a gente pelo menos fazer o histórico. Pelo menos isso.



Quanto à questão da legitimidade, a legitimidade assenta, e volto a dizer, no compromisso formal assumido em Reunião de Câmara pelo Executivo da época. É aí que está o compromisso. É aí que está. E a partir daí foram sendo desenvolvidas um conjunto de diligências, que chegou à resolução que aqui trouxemos, para ceder no domínio público – porque penso que é essa a questão a que o Sr. Deputado Olímpio se refere, é a cedência do estacionamento no arruamento, não no estacionamento privado dentro do edifício que foi construído – e portanto, é aí que está a legitimidade.

Quanto à questão da troca de correspondência, digamos, que terá havido, como já tive oportunidade de dizer e volto a repetir, a Residencial do Marco – e convém que nós sejamos corretos, não é a Residencial do Marco, mas são os direitos decorrentes do compromisso assumido com o Sr. Nogueira, que era o proprietário à época, que entretanto faleceu, e naturalmente decorreu um processo de partilhas, de divisão do património, e hoje há herdeiros desse património que reivindicam os direitos assumidos. Mas, quanto a isso, também é uma questão de direito, não estamos aqui a discutir mais nada. Agora, a novela continuará.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Vice-presidente, eu penso que as pessoas estão esclarecidas, e portanto, não vamos continuar neste processo de troca. Sr. Vice-presidente, agradeço-lhe imenso.

Vamos só fazer a votação do voto de louvor. Portanto, o voto de louvor apresentado, atribuição de voto de louvor à ARCA, pela brilhante época desportiva, essencialmente pela conquista do título de campeãs nacionais no escalão infantil feminino. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Vamos, então, ao **Período de intervenção do público**. E portanto, as pessoas que se desejarem inscrever. Portanto, eu iria pedir às pessoas – como sabem, é para pôr questões à Câmara, cada pessoa terá cinco (5) minutos, e é, de uma forma clara, pôr questões à Câmara. Eu daria primeiro a palavra ao Sr. Branco, e depois o Sr. Ferreira, depois o Sr. Hernâni.

**--- António Branco (Munícipe) ---**

Boa noite a todos, para adiantarmos tempo. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Presidente da Câmara, Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, público e os Marcoenses sintonizados na Rádio Marcoense também, boa noite a todos.

Eu, como já estou a ver que o tempo cada vez é menos, vou falar o mínimo possível. Já sei que me dá cinco (5) minutos, mas se calhar já não são cinco (5), vai depender de quantos querem falar.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

O Sr. Branco tem cinco (5) minutos.

**--- António Branco (Munícipe) ---**

Mas, vou lembrar o Sr. Presidente, era o seguinte: na Rua – que não era aqui que devia ser, era em Fátima, mas diz que é dos Três Pastorinhos – nós temos aí uma Rua dos Três Pastorinhos,



e tem lá trinta e cinco (35) buracos abertos para pôr árvores, com as respetivas guias, e não há lá uma árvore. Sr. Presidente, aquilo é para tapar? É para pôr árvores? Eu precisava saber o que é que o senhor pretende, uma vez que estão lá agora os indivíduos a compor os passeios, que já são sete (7) quilómetros de passeios, que o Sr. Presidente conseguiu fazer alguma coisa, e estão lá trinta e cinco (35) buracos, que parece impossível. Quer dizer, não sei. Gostava de saber, Sr. Presidente, qual é a ideia. É que está tudo feitinho. Se não for para pôr árvores, então era melhor, uma vez que estão lá os trabalhadores a pôr o passeio, é também tapar aqueles buracos, e já fica para estacionamento.

Eu gostava de falar da CCDR Norte, mas isto dava pano para mangas, e eu não vou levantar esse problema, porque a Junta Metropolitana do Porto conseguiu, juntando-se, independentemente dos Partidos, juntaram-se, para além das verbas que já tinham sido distribuídas, levaram mais vinte milhões (20.000.000€). Só tenho pena é que aqui o Sr. Presidente, na última reunião, diz que para aqui não toca nada. Havia de haver aqui uma comissão para saber por que motivo é que o dinheiro vai para os outros lados, uma vez que ainda por cima temos dívida a pagar todos os meses. Gostava de falar sobre isto, mas não é possível.

E vou só pedir aos nossos automobilistas aqui do Marco, eu vejo-os passar – eu por acaso também ando muito a pé, passo nas passadeiras, mas só atravesso quando o cavalheiro para, quando o automobilista para, porque embora eu tenha prioridade, não quero ter prioridade para ir para o outro mundo. E então, eu agradecia aos automobilistas que me estivessem a ouvir, que fizessem o favor de dar prioridade, e para deixar passar os peões, que ainda agora, na EB 2/3, atropelaram mais uma criança, e pôs-se a andar. E este Executivo já fez o suficiente, pôs lâmpadas LED no chão, que é para as pessoas terem cuidado. Infelizmente, os automobilistas que eu vejo muitas vezes quando estou parado, eles olham para o lado, como quem diz “nem te vejo”.

Pronto, boa noite a todos, e muita saúde. Com licença.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. António Ferreira.

--- **António Ferreira (Munícipe)** ---

Sr. Presidente da Câmara, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras:

Nem é uma questão, é comunicar à Câmara, para obter um esclarecimento sobre o relatório de diagnóstico previsto na Carta Educativa e a reflexão avaliativa que deveria ter lugar em sede da Comissão Municipal de Educação, fiz três (3) requerimentos, que enviei através do Sr. Presidente, e em nenhum desses requerimentos a resposta foi em tempo legal; e a um deles não obtive qualquer resposta. Pedi também duas (2) audiências: uma teve lugar, um minuto depois da hora marcada, que foi com o Sr. Presidente da Assembleia, e a outra foi com a Sra. Vereadora; um quarto de hora depois de esperar, fui informado que a Sra. Vereadora não estava no edifício.



Os resultados da educação, e dos documentos consultados, constato o quê? Que nem o relatório de diagnóstico foi efetuado, nem a Comissão Municipal de Educação se pronunciou alguma vez sobre este documento. A Carta Educativa foi votada nesta Assembleia, e a sua monitorização está lá, e a responsabilidade por quem a faz, está lá suficientemente descrita.

Sobre os resultados da educação, e referindo-me ao ano de 2014/15, no nosso concelho, no ensino secundário – os alunos que fizeram exame e terminaram o ensino secundário – as médias variam, nas duas (2) escolas, entre dez ponto dezassete (10,17) – numa escala de zero (0) a vinte (20) – e dez ponto trinta e seis (10,36). A taxa de retenção, numa foi de trinta e quatro vírgula quatro (34,4%), e na outra foi de vinte e cinco vírgula dois (25,2%). Este é o estado da educação. E é evidente que esta política para a educação não explica todos estes resultados, mas provavelmente explica parte destes resultados.

Sobre os requerimentos que não foram respondidos, uma vez que foram entregues através do Sr. Presidente da Assembleia, acho que é desrespeito pelo cidadão, e a Câmara pronunciar-se-á sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra agora ao Sr. Camilo Nogueira. Nós vamos buscá-lo. Espere só um bocadinho, que vai aí o Sr. Teixeira.

--- **Camilo Nogueira (Munícipe)** ---

Boa noite a todos. Sr. Presidente, Presidente da Assembleia, Sras. Vereadoras e Vereadores, Srs. Secretários, comunicação social e munícipes aqui dentro:

O que me traz aqui, já ouvi hoje, ainda agora falei de passeios, acho bonito os passeios, as acessibilidades, a inclusão para todos. De Sobretâmega para cima já está tudo bem, aproveitaram aquelas guias, sete (7) quilómetros de passeios, sim senhor. O Sr. Presidente diz que gostava de fazer mais. Ora bem, Rio de Galinhas continua no esquecimento. Diz ele que já vai embora, acabou. S. Nicolau também merece uns passeios. Aqui há dias fui a um funeral, do lado esquerdo, os carros parados, e eu vou no meio da estrada. Como é? A inclusão é para todos, ou não?

Segundo: Sr. Presidente, sei que em novembro foi vendido um imóvel em Rio de Galinhas, o DCERG. Ficou em ata fazer um parque, um parque desportivo com esses valores, articulado com a Junta. Queria saber também a resposta disso, se é para o próximo ano, continuam as crianças sem parque escolar para desporto.

Também já ouvi aqui a Loja do Cidadão, mas também já ouvi dizer que é para o privado outra vez. Temos ali o Cineteatro Alameda parado(não sei como), é uma boa solução também. Não se pagava renda. Vão dar aos privados, se calhar, pronto, para tirar o comércio de outros lados, lá para o fundo, para S. Nicolau.

As limpezas, também já ouvi dizer aqui, agora vem o verão, as ervas no caminho, as pessoas têm que ir lá para dentro. Pronto, já deram a resposta.



Agora, também queria saber, em articulação com a Junta de Freguesia, qual é o momento, se é para fazer, ou não, um cemitério em Rio de Galinhas. Tem-se assistido lá a certas confusões, uns falam, outros dizem, outros assinam, outros até fazem doações, e eu queria saber, porque as pessoas, para umas é uma coisa, para outras é outra, e eu queria saber se o Sr. Presidente também sabe alguma coisa disso.

O que é que eu queria saber mais? Acho que é isto só. Só queria saber se me respondiam a isso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Camilo. Dava a palavra ao Sr. Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Município) ---

Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, eleitos da Assembleia Municipal, público e comunicação social.

As minhas questões são muito diretas, grande parte delas têm a ver aqui com o Sr. Presidente da Câmara, e depois dividiria aqui a minha intervenção, enquanto Presidente do Grupo Desportivo, e depois enquanto cidadão de Tabuado.

Enquanto Dirigente do Grupo Desportivo, dizer aqui aos eleitos da Assembleia que, realmente, os paralelos já chegaram ao campo de futebol – não na totalidade, mas parte. Por isso, alguns dos outros beneficiários podem utilizar. Como é óbvio, a rua ficava bem inteira, acho que também merecíamos, pelo tempo que esperámos, mas pronto, ficou só aquela quota parte.

A par disso, como vocês sabem, há aquele problema, diferendo entre a LIMFA e o Grupo Desportivo de Tabuado. Como é óbvio, é uma coisa que não dignifica o concelho, uma associação em que a Câmara faz lá um grande investimento anual do seu Orçamento para as coletividades, e que não respeita regulamentos. Eu já fiz isto numa Reunião de Câmara, em Vila Boa, mas quero aqui umas respostas muito sintéticas acerca dos procedimentos que o Grupo fez relativamente à Câmara, e tirar aqui algumas dúvidas sobre as respostas do Executivo acerca das nossas perguntas.

Vocês sabem que a determinado momento a LIMFA decidiu mover um processo ao Grupo Desportivo de Tabuado, e retiraram-nos pontos. Nós, nesse mesmo dia – até porque o processo não foi claro, nem foi objeto da Legislação em curso, do regulamento em curso – nós enviámos nesse mesmo dia, no dia 12, um ofício à Câmara Municipal. Não era para pedido de intervenção, pedimos um pedido de reunião para falar sobre o assunto. Até hoje, ao que eu sei, ainda não recebemos resposta. A pergunta era se tinham, ou não, recebido esse *e-mail* solicitar essa mesma reunião.

Outra das questões, depois de falar, algumas pessoas até inclusivamente se dirigiram, alguns vereadores da Câmara, e outros, a questioná-lo sobre o assunto, e dois (2) pesos para a mesma medida. Nós pedimos, numa fase *a posteriori* pedimos a intervenção da Câmara, porque já o tinha feito noutra situação, em situação semelhante – está aqui certamente o senhor que é prova disso, o Presidente da Junta de Paredes de Viadores e Manhuncelos, no ano passado – e o que



a Câmara nos disse é que “Não, era a Taça, nós intervimos; no campeonato, não intervimos”. Mas, se vocês lerem o regulamento, ou o protocolo que a Câmara assina com essa mesma coletividade, menciona, clarinho como a água: “Organização do campeonato e da Taça do Município”. Por isso, ao intervir num lado, têm que intervir no outro, Sr. Presidente. É isso que eu aqui deixo bem claro, se o Sr. Presidente tem intenção, ou não, de intervir neste assunto.

Outra questão: pelo que eu sei – e vinha a caminho aqui da Assembleia Municipal – como sabem, está marcada a gala de entrega dos prémios para a próxima sexta-feira. Nós, na altura, interpusemos recurso a essa decisão; hoje é quarta-feira, ainda não fomos notificados. Fui contactado pelo jornal regional aqui da terra, a dizer que tinham recebido um *e-mail* acerca desse mesmo recurso. Como é óbvio, achámos muito estranho ser primeiro informado o jornal regional do que a associação em causa. Por isso, como é óbvio, nós amanhã vamos reunir em reunião de Direção, e como é óbvio, vamos tomar as decisões e vamos tornar pública a decisão. Nós não temos conhecimento do teor dessa informação, esperamos tê-la até amanhã; se não tivermos, certamente, em princípio não estaremos presentes. Para depois dizermos que somos isto ou somos aquilo, não estaremos presentes na entrega de prémios, como é óbvio. Se não obtivemos resposta ao recurso, certamente isso vai acontecer, porque nós nem sequer estamos legitimados como fomos, ou não, campeões desse mesmo campeonato, porque está um recurso em causa, não obtivemos resposta. Ao que eu sei, há ali uma informação no jornal A Verdade, mas a nós, até à data, ainda não nos fez chegar nada. Por isso, quero que o Sr. Presidente responda a estas questões muito rápidas.

E agora, passando para a parte de cidadão de Tabuado: como é óbvio, e como aqui já foi invocado, as Festas de Tabuado foram um sucesso. Queria também felicitá-las, foi a primeira comissão de mulheres a organizar a festa, e foram umas festas excelentes. Depois, no domingo à noite, deparei com um discurso, daqueles muito vivos e aguerridos, quando o Sr. Presidente da Câmara normalmente vai a Tabuado, e diz que é de Tabuado. E depois, do outro lado, passado um bocadinho, um senhor que estava numa mesa, diz ele assim, um empreendedor que tem uma casa em Tabuado: “Tenho lá ao tempo, ninguém faz nada aqui no Marco”, e não sei quê, na Junta. E eu disse: “O que é que você quer?”

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Samuel, eu agradecia que concluisse, porque acabaram os seus cinco (5) minutos.

**--- Samuel Vieira (Munícipe) ---**

Só um minuto, Sr. Presidente, porque isto é de capital relevância. Não sei se um minuto me chega, mas também noutros utilizei menos, mas pedia aqui à Mesa, ao Sr. Presidente, também vou ser aqui o mais sintético possível, mas gostava de fazer esta intervenção.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Dar-lhe-ei mais um minuto, e portanto, aos seis (6) minutos irei pedir para terminar.

**--- Samuel Vieira (Munícipe) ---**

Pronto, o que eu lhe estava a dizer, para ser de forma muito rápida, e avançando, é que causa-me alguma estranheza, e visto que eu já questionei aqui algumas vezes números ao Sr. Presidente, e nunca me foram fornecidos, na minha Assembleia de Freguesia fui perguntando esses mesmos números. E detetei aqui uma brutal diferença de transferências desta Câmara, do



anterior Executivo para este Executivo. Só a título de exemplo – se calhar não vou ter tempo de terminar a minha intervenção, mas só para vocês ficarem com estes números na cabeça, e depois, na próxima Assembleia terminarei, só para lhes dar a título de exemplo: em 2009, a Câmara transferiu para Tabuado cento e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete euros (137.487€); em 2010, quarenta mil, novecentos e setenta e um (40.971€); em 2011, sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro (66.494€); em 2012, setenta e quatro, duzentos e trinta e três (74.233€); em 2013, quarenta e sete, trezentos e quarenta e oito (47.348€). Depois, houve aquela transformação, houve aqui um esvaziamento de pneus: 2014, vinte e cinco mil e quinhentos (25.500€), e 2015, catorze mil, cento e oitenta (14.180€). Por isso, as pessoas de Tabuado apercebem-se, e a pergunta é muito concreta ao Sr. Presidente; eu já interfeiri junto dos elementos da Assembleia de Freguesia de Tabuado, eleitos pelo PSD...

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Eu agradecia que concluísse. Peço desculpa, mas conclua.

--- **Samuel Vieira (Munícipe)** ---

Pronto, ou pergunto, ou senão venho para a próxima Assembleia. É igual, tanto faz.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Então, se não se importa, vai pôr na próxima Assembleia, acabou aqui, se faz favor, se não se importa.

--- **Samuel Vieira (Munícipe)** ---

Pronto, o problema é que a sua postura é sempre diferenciada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

É a minha postura, é a postura de quem lidera uma Assembleia Municipal. O Sr. Samuel vai com sete (7) minutos, dei-lhe quarenta por cento (40%) mais de tempo do que o que o senhor tinha.

Dava a palavra ao Marcoense Hernâni Mendes Pinto.

--- **Hernâni Mendes Pinto (Munícipe)** ---

Bem, para adiantar o serviço, e avançando com as formalidades, eu vou já direto ao assunto. Eu tenho bastantes assuntos, mas vou tentar ser o mais breve possível, para que algumas coisas pelo menos possam ser devidamente esclarecidas.

Não sei, a Câmara, penso que deve saber, que muitos cidadãos têm recebido nas últimas semanas cartas para pagar às Águas do Marco as ligações do saneamento. Eu inclusive também recebi. O que acontece é que nós, em Rio de Galinhas, antes, na gestão, não desta Câmara, do anterior Executivo, fizemos as ligações, antigamente até era um Ex-empregado da Câmara – que eu posso dizer o nome, que era o José Faria – com um empreiteiro, que fazia essas ligações, para quem quisesse ter as prestações dele; quem não quisesse, fazia à sua conta. Eu fiz à minha conta as ligações do saneamento, e muita gente as fez. E agora, veio para eu pagar. Ora, eu pago, sim, a taxa de saneamento, e está indexada à água, desde que tenha água também, que ela não existe na estação. É bom que se diga que estamos em 2016 e não há água do lado esquerdo na estação, em nenhuma casa. Nenhuma casa. Portanto, desde que ponham lá água, eu disse ao senhor das Águas do Marco: “Ponha aqui a água que eu também



pago o saneamento; enquanto não puser, não pago." Portanto, é bom que se diga. E isto é bom para perceberem o que é que foi o anterior Executivo, antes deste. Perceber bem, porque eu aqui, quando foi a votação, eu disse que era "burro", aqui nesta sala, à frente de todos os deputados. E era "burro" por quê? Porque não estava qualificado para votar um documento de três mil (3.000) páginas. Mas, pelos vistos, eram todos inteligentes, ou quase todos, que votaram. É uma verdade, é uma coisa incrível, foi uma maravilha. Mas, eu não votei, porque não estava qualificado para o efeito. Isto é bom que se diga. E agora temos aí isto. O que vai acontecer é que vamos fazer uma manifestação, já se está a programar aí, é para avisar.

Segunda manifestação, da linha, vai acontecer outra vez, ainda hoje já começámos. E param-se os comboios outra vez, não há solução, porque se não for assim, não vamos conseguir. Não vale a pena, nem em 2016, nem em 2017, nem em 2018. Eu poderei ter necessidade até, se for o caso, de estar com os deputados que vêm aí, do Partido Socialista também, uma vez que são Governo, no dia 4, e fazer-lhes sentir a necessidade disso, porque é mesmo necessário, de uma vez por todas há que deixar de gozar com o Marco. Eu acho que é importantíssimo.

Outras coisas relevantes, que é necessário a Câmara ter: eu não sou nem quero ser Provedor do Cidadão. Toda a gente vem ter comigo, "venha aqui falar, venha pôr questões". Eu acho que as pessoas que estão em causa a ver, que venham, porque se há coisa que é bonita nesta Câmara e neste Executivo é a liberdade de as pessoas dizerem aquilo que lhes apetece. Antes não acontecia, e eu tive que defender muita gente da Oposição, porque por respeito aqui ainda me ouviam. É verdade, e eu era da Oposição. Atenção. Por isso, vamos ver também.

E nesse sentido, é bom que vejam algumas coisas que estão mal. O Parque de Lazer, que é um parque interessante e bonito, há uma coisa de que se esqueceram os engenheiros: tem o parque de jogos, e não há o acesso para ele. Não está lá. Não há uma escada, a gente tem que sair de rompante, de lado, e pode-se chegar ao fundo, e um trambolhão. Nem há esse acesso para as pessoas normais, nem para a inclusão. E eu, que até gosto de ir até lá jogar basquete, e por aí fora, com o meu neto, e com os miúdos que lá estão, e nem há sequer um acesso para os deficientes também irem lá jogar. Eu acho que é interessante, por amor de Deus, porque o parque até é porreiro, e eu gosto muito daquilo.

Também aqui o parque infantil, também hão de reparar que não pode ter legitimidade total aquele parque, porque se num dia de sol, como hoje, forem ao dos mais pequeninos, dos bebés, e escorregarem pela chapa abaixo, os moços ficam queimados até ao diabo. Não pode ser de chapa, venha quem vier. Quem legitimou aquilo é "burro" que nem uma porta, peço desculpa. Legitimou, não a Câmara; quem legitimou e fez os devidos bonecos. Não estou a dizer que é "burro" a Câmara; é burro o "gajo" que legitimou aquilo, porque a chapa, a quarenta (40) graus, é impossível um miúdo de dois (2) ou três (3) anos descer de lá para baixo. Portanto, só pode ser plástico ou madeira. Só pode ser plástico ou madeira, não pode ser outra coisa. Essa é uma das coisas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Um minuto.

--- Hernâni Mendes Pinto (Munícipe) ---



Outras coisas, o Camilo já aqui falou, e falou muito bem, que eu, enquanto Presidente de Junta, lutei sempre pela minha terra. E para mim, a minha terra é sempre à frente dos Partidos, sempre, sempre. E a minha terra é o Marco, e a seguir ao Marco é Rio de Galinhas. Venha quem vier. E eu nasci em Fornos, e vivo em Tuíás, mas Rio de Galinhas, é lá que eu quero morrer. E eu quero dizer-vos: eu consegui pavimentar vinte e seis (26) ruas. Vinte e seis (26) ruas. E não consegui fazer os passeios até à estação, que é a rua mais movimentada, que precisa mais de passeios. Incrivelmente. Por quê? Porque é nacional. É nacional, simplesmente por isso. Agora, se se consegue fazer passeios daqui até à entrada da via rápida, e na Saint Georges lès Baillargeaux, e por aí fora, que eu acho muito bem, tem que se conseguir passeios até Rio de Galinhas, porque é o sítio onde vai mais gente a pé dentro da cidade do Marco.

Há várias coisas que eu também queria chamar à atenção, que eu também acho que o jardim necessita de algumas intervenções, e as próprias coisas para os miúdos, também têm lá algumas tábuas a faltar. Neste aqui, falta o degrau de cima, e há pessoas que alertam a Câmara para isso.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Caro Hernâni, agradeço mesmo que conclua agora.

--- **Hernâni Mendes Pinto (Munícipe)** ---

Eu vou concluir, só com uma pequena questão, que é muito importante: na Rua das Lajes, há muitos anos que falta o *rail* naquela maldita curva. Quando cair lá – e esteve para acontecer há uma semana, uma senhora da Freita, esteve para cair lá abaixo, houve lá um acidente. Portanto, por milímetros que não aconteceu, e ainda bem que não aconteceu, mas por falta de um *rail*. Eu até já disse onde é que o iam buscar, mais do que uma vez, aqui. Aproveitem.

Boa noite. Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Executivo, para responder às questões.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes e comunicação social:

Queria, então, tentar responder às questões colocadas pelos Srs. Munícipes, agora neste período do público.

Em relação à intervenção do Sr. António Branco, agradecendo, naturalmente, as observações que sempre nos traz aqui às nossas Reuniões de Câmara Municipal, e também nestas Assembleias Municipais. Tentamos, na medida do possível, dar uma resposta afirmativa. Nem sempre é possível, porque os meios não abundam, são escassos. Como devem imaginar, se nós não tivéssemos, realmente, se calhar, estas condicionantes financeiras, poderíamos fazer muito mais, e com certeza até estariam dispensados de nos chamar à atenção para tantas outras questões que aqui colocam, com legitimidade, e naturalmente que nós registamos, e é nossa obrigação não esquecer, e tentar responder pela forma que nos é possível, tendo nós os meios disponíveis, sejam eles logísticos ou financeiros.



É verdade que estamos a fazer os passeios também na Rua dos Três Pastorinhos. O senhor fala-nos que há lá um conjunto de buracos, que são as caldeiras de árvores que ainda não foram colocadas. Naturalmente que não é a altura de as colocar, nesta época do verão, tem épocas próprias para se poderem colocar. Mas, para já, o que estamos a fazer são, naturalmente, os passeios, para depois podermos eventualmente equacionar essa questão de colocar nessas caldeiras árvores, que são sempre importantes, e dão frescura e dão beleza à nossa cidade e ao nosso concelho. Iremos tentar.

Quanto às observações que fez em relação à distribuição de dinheiros, em relação aos municípios da Área Metropolitana do Porto, penso que a polémica já é suficientemente elevada para eu não fazer mais nenhum comentário. O que me parece é que tem que haver uma distribuição mais equilibrada de todos os recursos disponíveis da nação portuguesa, e do próprio Portugal 2020 e do Norte 2020, pelo conjunto dos municípios de Portugal, e pelo conjunto dos municípios aqui da região norte, e também aqui em relação à Área Metropolitana do Porto e à nossa Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. E isso, temos também feito chegar a nossa voz, sem fazer muitas vezes nenhum alarido, mas fazer também sentir que tem que haver essa equidade e essa justiça, que nem sempre é respeitada, que nem sempre é observada, e que às vezes até se ultrapassam os poderes legítimos, e vai-se pela “porta do cavalo” tentar alcançar esses meios, que não são, então, devidamente distribuídos com equidade. E isso foi o que se passou, julgo eu, e até deu origem à demissão do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, dadas, naturalmente, as diferenças de opiniões que foram entretanto geradas entre a própria região, algumas Câmaras Municipais e o Governo de Portugal.

Sr. Município António Ferreira, a Sra. Vereadora, Dra. Gorete Monteiro, tentará responder às questões que foram colocadas a propósito da Carta Educativa e da sua execução, e da sua avaliação.

Depois, em relação ao Camilo Nogueira, naturalmente que agradeço as observações que aqui nos trouxe. E já agora, a propósito também do que disse o Sr. Município Hernâni Pinto, nós estamos a fazer os passeios, disse há bocado que é nossa intenção continuar a fazê-los nos quinze (15) meses que ainda me faltam do meu mandato, e espero, por isso, ainda fazer mais alguns, não só no âmbito da Freguesia do Marco, mas também das freguesias do concelho, das freguesias do nosso concelho, sendo certo que não vamos fazer em tudo, em todas as artérias que já deviam ter, e que ainda vão levar, se calhar, dezenas de anos a vir a ter, no conjunto do concelho, do Município de Marco de Canaveses. Mas, iremos tentar.

Mas, há uma coisa que também queria chamar à atenção: é verdade que na Rua Manuel Pereira Soares – e depois, a partir de certa altura, nós quisemos homenagear os ferroviários, passou a chamar-se “Rua dos Ferroviários”, já no nosso tempo, do nosso mandato, era eu já Presidente de Câmara e o Hernâni Pinto Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Galinhas; e como disse, é uma estrada nacional – quantas vezes nós já insistimos (já lhe perdi a conta), com as Estradas de Portugal, e agora com as Infraestruturas de Portugal, para fazer esses passeios. Não fizeram; lamentavelmente não fizeram, apesar de não se poder dizer que não há passeios naquela envolvência, porque, como sabem, com a eliminação da passagem de nível na estação, acabámos por criar a Avenida da Europa e a Rua da Amizade, entre Fornos (na altura) e Rio de



Galinhas – ou Rio de Galinhas e Fornos – e conseguimos que também tivéssemos ali, pelo menos na Avenida da Europa, passeios para as pessoas poderem caminhar, passear, e até correr, se for caso disso. É evidente que falta na rua principal, se se pode assim dizer, que nos leva diretamente à entrada da Estação do Marco de Canaveses. Vamos ver. Eu devo dizer o seguinte: eu acho que se nós temos mil e setenta (1.070) quilómetros dos nossos caminhos e estradas municipais, se ainda vamos fazer nas nacionais, então é que nunca mais lá chegamos. Mas, enfim, nunca se sabe se eu não irei ainda equacionar essa situação, se as Infraestruturas não fizerem, se eu ainda vou tentar fazer nessa artéria. Gostava muito, porque merecem. Gostava muito, porque merece, naturalmente, essa parte da Freguesia do Marco, neste caso em Rio de Galinhas.

Parque desportivo: é nossa intenção, em relação àquilo que foi a venda do antigo espaço DCERG, e esse dinheiro que ali se apurou, cinquenta mil e quinhentos euros (50.500€), vamos, naturalmente, colocar – e já está previsto fazermos neste mandato – junto à Escola EB1 da Barroca e ao jardim de infância, exatamente o novo polidesportivo para servir também aquela parte da Freguesia do Marco.

Quanto à Loja do Cidadão, fazê-la no antigo Cineteatro Alameda, nós temos um projeto que eu gostaria – não sei se já vai ser possível no meu tempo, admito que não, sinceramente; gostaria, exatamente, de ter lá a biblioteca, que temos o projeto pronto, só que compete também ter apoios da Direção Geral das Bibliotecas e Arquivos, se não estou em erro (estão sempre a mudar os nomes), mas das Bibliotecas, digamos assim. Não têm verba, ainda não nos deram, realmente, esse apoio, e também termos ali a sala de espetáculos e termos ali o Espaço Arte, que tem sido um sucesso no nosso Museu Municipal Cármen Miranda, com muitas exposições permanentemente, ao longo destes onze (11) anos que levamos de mandato. E devo dizer que a nossa intenção é que esse projeto exista. Não dará para poder ter também a Loja do Cidadão. Como disse há bocadinho, vamos tentar ver se conseguimos encaixá-la no Marco Fórum, vamos ver se isso vai ser possível, e gostaríamos que fosse possível, porque eu sou muito favorável à Loja do Cidadão, temos tentado procurar essa colaboração. Mas, também já nos disseram, da AMA, da Agência para a Modernização Administrativa, que não há dinheiro; a Câmara, se quiser fazê-lo, faz a Loja do Cidadão, quando isto deveria ser também da Administração Central. Mas, realmente, eles não nos disponibilizam dinheiro para o efeito. É bom também saber.

Cemitério de Rio de Galinhas: fizemos uma pequena ampliação ainda no tempo da presidência do Hernâni Pinto, no Cemitério de Rio de Galinhas. É evidente que foi apenas uma pequena ampliação, que agora a atual Junta de Freguesia, presidida pelo António Santana, neste momento, já decidiu adjudicar a obra, que não chega a cinquenta mil euros (50.000€). E por isso, é obra para se fazer de imediato, uma vez que está adjudicada, e vai-se fazer. Não foi fácil; foi difícil, foi exigente, mas vamos fazer. E já nos pediu também alguma colaboração da Câmara, que vamos tentar corresponder. É assim que trabalhamos, em boa parceria para o governo do município, de todo o município, com as dezasseis (16) Juntas de Freguesia do nosso concelho.

Em relação ao Sr. Município Samuel Vieira, penso eu que fizemos aquilo que tinha sido solicitado, a acessibilidade ao Grupo Desportivo. Está feita. É evidente que sabemos que a artéria tem mais, naturalmente, uns tantos metros, mas fizemos aquilo que foi solicitado, penso eu. E está bem feita a obra. Penso que foi aquilo que, realmente, foi o nosso compromisso.



Depois, disse que pediu uma audiência à Câmara, a propósito deste diferendo com a LIMFA. Eu devo dizer o seguinte: a audiência, como sabem – eu até devo-vos dizer com a máxima sinceridade: às vezes, sei até, daquilo que é prática, e já sabia antes até de estar nestas funções, há muitos Presidentes de Câmara que delegam, não só nos seus vereadores, como até em muitos dos seus colaboradores mais próximos, como também até em diretores e chefes de divisão, para receber pessoas. Aqui, parece que só passa a ser audiência se for o Presidente da Câmara. Às vezes até nem querem com os Srs. Vereadores. Ora, isto não me parece democrático, não me parece legítimo. Eu acho que a partir do momento em que há alguém, em nome do município, em nome do Presidente da Câmara, que recebe as pessoas, está a Câmara Municipal a receber. Eu sei que os meus colaboradores do desporto, do Gabinete de Desporto (que tenho colaboradores), falaram exatamente com o Grupo Desportivo, disseram-me isso – deixe-me agora concluir; o Sr. Presidente da Assembleia é que preside à reunião, não sou eu, eu apenas uso da palavra por direito também, que a Lei e o regulamento me permitem. Por isso, dizer que, efetivamente, os meus colaboradores disseram-me que falaram exatamente com o Sr. Samuel, até para saber a situação daquilo que pretendiam. E por isso, automaticamente, a audiência foi dada. Por isso, não se pode dizer que não houve resposta. Agora, pelos vistos, só acham a audiência válida se for com o Presidente da Câmara. Ora, não pode ser, porque eu não sou omnipresente, eu não me posso desmultiplicar. Eu, com toda a honestidade do mundo, estou cá de domingo a domingo, sem família, sem vida pessoal, social ou pessoal. Estou porque a minha família chama-se Marco de Canaveses, cinquenta e quatro mil (54.000) cidadãos Marcoenses, e acho que ninguém pode renegar que eu estou a mentir, porque estou aqui de domingo a domingo. E ainda acham que é pouco? Eu sou humano, preciso de dormir seis (6) horas, que é a minha média de descanso.

Bom, quanto ao protocolo entre a Câmara e a LIMFA, em que diz que tem como competências, ou é para fazer a organização dos campeonatos da LIMFA e da Taça do Município: é verdade, é para organizar, mas o Campeonato da LIMFA, é da sua exclusiva responsabilidade; do Município, eles organizam, é verdade, mas a Câmara tem alguma responsabilidade porque a Taça se chama “do Município”, e somos nós que a adquirimos para a entregar, e eu faço questão, com os meus vereadores, sempre que posso, ou com outros, do Gabinete de Desporto, estamos presentes a assistir ao jogo, e depois entregarmos no fim, como fizemos a entrega – este ano, mais uma vez, entregámos a Taça do Município. Aí, se porventura houvesse algum incidente como houve no ano passado, que me disseram, vieram-me dizer que havia jogos combinados, a partir do momento em que me disseram que havia jogos combinados, eu só tinha uma atitude: terminou este ano a Taça do Município, porque para mim não há jogos combinados, há apenas jogos nas quatro (4) linhas, devidamente disputados com *fair play* desportivo. Isso é que é desporto. Isto é que é desporto, e é assim que eu quero ver a minha terra, marcando a diferença.

E é bom não pararmos no tempo: é que eu sou o Presidente da Câmara a partir do dia 28 de outubro de 2005; antes eu não era o Presidente da Câmara. Mas, parece que gostariam que os métodos, que a metodologia, que a interferência nas instituições fosse exatamente igual. Eu não sou igual, eu chamo-me Manuel Moreira, democrata e social democrata, que respeita todos, e respeita, naturalmente, os associados das várias instituições desportivas, culturais, sociais, e não escolho dirigentes, apesar de ser um associativista militante desde muito novinho, de várias instituições. É bom não termos parado no tempo, estamos no ano da graça de 2016, séc. XXI, é bom a gente lembrar-se disso.



Festas de Tabuado, foram muito bonitas: encantado, mas felizmente que estou também muito encantado com tantas festas, tão bonitas como as de Tabuado, em muitas outras freguesias do nosso concelho. Tenho o mesmo encanto, apesar de considerar... eu nasci – para não haver dúvidas – nasci no Hospital de Santa Isabel, aqui na Santa Casa da Misericórdia, mas o meu berço natal é Tabuado, com muito orgulho. Mas, neste momento, e serei até outubro de 2017, o Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, e naturalmente, de todos os cidadãos da nossa terra, com muito orgulho, e tento fazê-lo com muita dignidade e respeito por todos, como acho que mereço igual respeito.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, faltam três (3) minutos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Eu queria terminar. E agora, esta questão: como é que se pode comparar dois (2) mandatos, que eu já sei que é o problema de se há tratamento igual. Meus amigos, nunca se pode fazer uma comparação absoluta; quando muito, relativa. Então, há o mandato de 2005-09, há o mandato de 2009-13, e agora há o mandato de 2013-17, que ainda não acabou, que ainda faltam quinze (15) meses. Como é que se pode comparar? E também é bom lembrar que era necessário... há muitos anos, desde novinho, com o meu avô, Alexandre Napoleão Moreira, que morreu com noventa e um (91) anos, e até era o mais velho da freguesia, na altura, e morreu de uma forma, enfim, até de um acidente, a almoçar, num domingo, e ele me dizia que era preciso um novo cemitério, falava-me ele e os meus outros familiares, e outros amigos de lá. E eu nunca imaginei ser um dia Presidente da Câmara do Marco, e ter sido eu a colaborar com a Junta de Freguesia do Marco para termos o novo cemitério. E aí nesse cemitério, comprámos o terreno, e estão lá, exatamente, noventa e poucos mil euros. Ajudámos também à construção do cemitério, estão ali investidos duzentos mil euros (200.000€). É uma obra da freguesia, não foi só para a Junta de Freguesia. Naturalmente que a Junta de Freguesia foi a dona de obra, com a colaboração da Câmara Municipal a que me honro presidir, e tenho muito orgulho, como também apoiámos a construção do Centro Social Interfreguesias, para centro de dia e serviço de apoio ao domicílio, que não tinha, e ficou muito bonito, para servir a Freguesia de Tabuado, Várzea, Aliviada e Folhada (antigamente Várzea de Ovelha e Aliviada) e a Folhada – antigamente três (3), e agora duas (2) – com um centro de saúde que estava num vão de escada, quartomundista, dito pelo Secretário de Estado, Dr. Manuel Pizarro, na campanha eleitoral de 2009, que disse que era quartomundista – não disse terceiro-mundista; quartomundista. Dissemos que íamos ter no projeto do centro de dia também um Centro de Saúde, que estamos agora a ver até se pode ainda ser valorizado com um polo da Unidade de Saúde Familiar, para servir melhor toda aquela área do concelho. Meus amigos, também, naturalmente, apoiámos a Associação Recreativa e Cultural de Tabuado, que tinha uma bancada, que tinha um recinto já completamente *démodé*, com riscos para a segurança das pessoas, que ainda não conseguiram concluir, e apoiámos para ter um novo polidesportivo, reorientando o campo, entrando até um bocadinho no jardim de infância, etc., de Cerdeiras, em Tabuado. Meus amigos, então não estamos a ajudar uma freguesia que merece também respeito, e até das freguesias – como sabem, não é das maiores, é uma freguesia relativamente pequena. Temos inveja disso? Temos inveja disso, do trabalho que fizemos? Tomara eu poder fazer assim em todas, e contabilizar isso em todas as freguesias, umas que têm até mais, outras que não têm tanto, é verdade. Mas, meus amigos, a vida é assim, é dinâmica, não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente, ainda por cima os



meios também são diferentes, e havia aquela necessidade de um cemitério novo, desde há quarenta (40) anos que se falava num cemitério novo, ou mais. Ou mais. Não temos orgulho? E agora, vamos comparar o que é que se deu?

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, queira concluir, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Estou a terminar. Mais, a atual Junta prescindiu das refeições escolares, e então, é a Câmara Municipal, através da empresa de *catering*. É evidente que aí reflete-se também; não estamos, então, a entregar esse dinheiro para serem eles a fazer como fazia a anterior Junta de Freguesia, nos dois (2) mandatos anteriores. Não sei se no anterior também fazia assim, estou a falar dos dois (2) que eu conheço, de 2005 a 2013. Por isso, eu acho que há tempo. A campanha eleitoral, eu sei que já estão os sinais mais do que evidentes, ainda hoje nesta Assembleia; mas, atenção, não nos cansemos antes de tempo. Eu acho que é um bom conselho que estou a dar a todos nós: não nos cansemos antes do tempo. Temos tempo para dar o pontapé de partida. Na altura, lá estaremos todos na grelha, eu próprio como cidadão vou também, com certeza, estar na grelha, a apoiar quem quero apoiar, para continuar este projeto. Com certeza, mas isso é a liberdade e é a democracia, meus amigos. Mas, não nos vamos antecipar.

Queria terminar, dizendo o seguinte ao município Hernâni Pinto: a eletrificação da Linha do Douro, eu acho o seguinte: o Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal, ainda hoje de manhã (tenho falado com ele regularmente) disse-me que estavam a tratar de tudo, de maneira a que a obra não parasse definitivamente, e que a obra fosse concluída. Vamos dar-lhe, pelo menos eu dou-lhe esse...

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, já esgotou o seu tempo. Peço imensa desculpa.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pois, estou a terminar, mas é para responder às questões.

Parque de Lazer, vamos ver essas questões que disse, e bem, lá por causa do polidesportivo, que acho que é muito interessante. E a questão dos parques infantis, também vamos ver essa situação.

E a Rua das Lajes, o tal *rail*: olhe, devo já dizer, já fomos à Serra da Aboboreira tirar um quilómetro de *rails* para pôr em alguns sítios. E agora mandei comprar não sei quantos, já não me lembro, setenta mil euros (70.000€) de *rails*, para colocar em vários outros sítios.

Era só. Então, o saneamento é aquilo que eu já disse, estamos a tratar ainda da situação, infelizmente. Estamos em diálogos, e ainda não desisti de conseguir, para integrarmos as Águas do Norte, libertando-nos desta concessão leonina, que não defendeu nunca os interesses dos cidadãos do Marco, como você sabe, que conhece bem o meu pensamento desde sempre.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente.



Vamos passar, então, ao **Período da ordem do dia**.

**Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. Daria a palavra ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente, se me permite, deixe-me dizer-lhe: se o tempo não chega, as respostas não podem sair, e portanto, ficarão para outra vez. Eu acho que é normal estas coisas acontecerem. Sr. Presidente, mas se me permite, toda a gente sabe que o Sr. Presidente gosta de responder às questões todas, e de uma forma muito completa. Portanto, se o tempo não chega, não chega, acho que isso não há de ser um problema para toda a gente.

Passaríamos, então, à informação escrita. Sr. Presidente, eu dar-lhe-ia a palavra, para passarmos, então, à apreciação da informação escrita.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Quer dizer, eu devo dizer o seguinte: eu tenho muito respeito pela Assembleia e por cada um dos Srs. Deputados, e pelos munícipes. Se fazem perguntas, acho que deve haver tempo para poder responder. As perguntas fazem-se em segundos, as respostas podem demorar minutos. Agora, quarenta e cinco (45) minutos, há bocadinho, de perguntas, dão quinze (15) minutos para responder, mesmo que seja mais cinco (5), são vinte (20), enfim. Mas, pronto, eu respeito as regras.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Presidente, mas este é o nosso Regimento, e nós temos que cumprir o nosso Regimento.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Pois, mas na altura, eu chamei à atenção, mas não quiseram acreditar, porque o que querem é que o Presidente não responda, vocês só querem, e é preciso é entalá-lo, mas não lhe dão oportunidade para ele se desentalar. Esta é que é a prática. Essa é que é a verdade: é preciso entalá-lo, deixar na opinião pública que ele não é capaz de responder, fica a pergunta e não responde.

Bom, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Munícipes e comunicação social:

Bom, muito simples, dizer o seguinte: nós estamos a fazer um conjunto de obras que estão aí devidamente enumeradas, empreitadas em curso, em termos de pavimentações, em muitas freguesias do concelho, estamos a lançar já outras, neste momento – ainda hoje lancei mais algumas empreitadas, umas têm sido de calçamentos em cubos, outras em betuminoso, que é importante. Gostaríamos ainda de fazer mais umas tantas aqui, até ao final do nosso mandato, em outubro de 2017, e é nesse sentido que estamos a trabalhar. Todo um conjunto de construção de ETAR's, ETAR's, exatamente, para resolver problemas de saneamento, grandes cancos, pequenos grandes cancos em várias freguesias, que estamos a tentar também, realmente, resolver, desde o Alto Concelho ao Baixo Concelho que estão em curso essas ETAR's.



Estou apenas a fazer uns sublinhados, porque não vale a pena, para não ocupar demasiado tempo, amanhã é dia de trabalho, estamos a meio da semana.

Tive o gosto de trazer à Câmara Municipal, que aprovou por unanimidade, a instituição do Dia Municipal do Bombeiro. Fizemo-lo no dia 26 de junho, no passado domingo. Entendemos que os bombeiros merecem este respeito e este reconhecimento público da parte do município. Não se confunda com o aniversário da Associação Humanitária, que é em fins de janeiro. Nós entendemos que devíamos escolher uma data, e neste caso escolhemos a data mais próxima do padroeiro e protetor dos bombeiros, que é o S. Marçal, 30 de junho. Então, faremos agora, a partir de agora, como decisão da Câmara Municipal, no último domingo de junho, o mais próximo do dia 30 de junho, que é o patrono e protetor dos bombeiros. Acho que foi uma cerimónia muito digna, onde estiveram aqui os bombeiros durante umas horas, com os seus veículos, a procurar falar com a população, dar-se a conhecer melhor, a população conhecer mais os seus bombeiros, não pensarem só nos bombeiros quando precisam deles, mas devem pensar neles todo o ano, e colaborar com eles, porque nós todos também somos agentes da Proteção Civil, e eles são o pilar fundamental, mas todos nós, com outros agentes da Proteção Civil, fazemos a Proteção Civil da nossa terra de Marco de Canaveses. E é por isso que entendemos fazer. Para além das intervenções que houve, de entidades, não só aqui do concelho, como vieram de fora, em representação das entidades da Proteção Civil da região, e dos bombeiros, nós quisemos também fazer um desfile, não só apeado, como motorizado, dos bombeiros, que terminou depois num belíssimo convívio entre todos nós, no Quartel Sede dos Bombeiros, aqui na cidade de Marco de Canaveses. Por isso, acho que fica para sempre, porque acho que mereciam, são quase uma instituição centenária, para o ano fazem noventa e três (93) anos, é uma instituição centenária que merece todo o nosso respeito.

Tivemos mais uma vez a Praia Fluvial de Bitetos, que começou a época balnear no sábado, dia 25, uma praia novamente considerada, reconhecida com o galardão de Praia Acessível para Todos, para todos os cidadãos de mobilidade reduzida e cidadãos diferentes, e está ali a funcionar. Até é nossa intenção criar condições para que aquele bar, que já tem uns anos, possa ser requalificado e dar origem a um bar, e acima de tudo um espaço, um equipamento moderno, e até evidentemente aquela praia passar a ser concessionada, como acontece em tantos outros sítios, nas praias, sejam elas fluviais ou marítimas, por parte até de quem está ali também a fazer a exploração dos respetivos bares. E devo dizer que ainda no sábado, quando fomos lá abrir, estava gente de Gondomar, de Paredes, de Paços de Ferreira – é uma coisa espantosa, as pessoas virem de outros pontos da região, do distrito, para a nossa Praia de Bitetos, no Baixo Concelho, em Alpendorada, Várzea do Douro e Torrão.

Dizer também que há bocadinho, o Sr. Presidente da Junta do Marco falou, e bem, a convidar-nos para participarmos todos no Mercado Romano. Temos tentado divulgá-lo, promovê-lo, hoje no Porto Canal, amanhã na RTP, e tenho muito gosto, por isso, em acompanhar aqueles que vão ser os grandes atores da recriação desse tempo romano. E devo dizer que é um momento muito alto para projetarmos a nossa terra, um grande património arqueológico que está como monumento nacional, que está aqui na Aldeia do Freixo, na Freguesia do Marco, no Concelho de Marco de Canaveses. Acho que é muito importante, e é com muito gosto, estou certo que o tempo vai estar de feição, vai ser uma grande manifestação, este ano com alguma inovação. E isto é já um cartaz, é o sexto ano, 6.<sup>a</sup> Edição, como vamos fazer depois o Mercado Medieval, em setembro, lá em baixo em S. Nicolau, junto ao Parque Fluvial do Tâmega. E por isso, meus



amigos, era bom também termos isto presente, vejam que isto está tudo seguido – 1, 2 e 3, e logo a seguir vêm as Festas do Marco. Por isso, tudo isto faz parte, isto também é uma inovação do nosso tempo. Desculpem lá, já agora dizer, mas é verdade, é uma inovação do nosso tempo, e isto também faz parte das Festas do Marco. Para mim, as Festas do Marco não são só estas que a gente promove com todos, mas também cada freguesia é o Marco em festa. E é bom que haja um Marco em festa, porque são momentos de lazer, de prazer, que dão felicidade não só aos Marcoenses, que o merecem, para encararem a vida com confiança, como também para tanta gente que nos visita, a começar pelos nossos emigrantes que vêm agora nesta altura, exatamente, à nossa terra, matar saudades da terra, da família e dos amigos. É isso que é muito importante.

Também dizer que foi com muito gosto que já se iniciou o Posto Territorial da GNR de Alpendorada. Não foi uma inauguração, apesar de o jornal ter falado em inauguração; fui lá com o Sr. Coronel Mesquita Fernandes, Comandante Territorial do Porto da GNR, para quê? Para não ficarmos à espera da inauguração depois oficial, que será feita, e para a qual já fizemos os convites necessários, mas que aguardamos, evidentemente, o agendamento, não só do Posto da GNR, como também da Escola Secundária nova. E já está a funcionar, e está ali um quartel que vale a pena visitar, do melhor que temos em Portugal. Não é só no Marco, é em Portugal. E transformámos um esqueleto em granito, que nunca teve a função que era para ter, para ser sede do Futebol Clube de Alpendorada, num Posto Territorial do melhor que há, para terem qualidade, para terem comodidade, que eles merecem.

Por isso, são assim os sublinhados que me permitem fazer desta nossa informação. De resto, estão aí as trinta (30) páginas, tudo aquilo que fizemos em dois (2) meses, mas em parceria com as nossas Juntas de Freguesia e com as nossas coletividades.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre estes assuntos da informação escrita. Portanto, eu vou repetir os nomes: Cristina Vieira, Olímpio Almeida, Fernando Queirós, António Santana e Mário Luís.

Dava a palavra à Sra. Deputada Cristina Vieira.

**--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---**

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, estimado público, ouvintes da Rádio Marcoense:

Eu vou começar por falar num assunto que já aqui foi falado, que está na informação escrita, que são, de facto, os passeios que estão a ser construídos nas artérias principais, no acesso ao centro da cidade, que são, de facto, muito bonitos (já aqui foi dito), agradam-me muito, não só por serem em granito –porque eu acho que é o *Ex-Libris* da economia do concelho, mais concretamente do Baixo Concelho. Mas, também me parece, Sr. Presidente, que ficavam bem se ficassem todos em granito, em cubo de granito, porque já percebi que de um lado tem granito, e depois, do outro lado, já têm patela de cimento. Como vi esta situação numa das artérias principais, acho que também, ao terem que investir em cubos de granito, ficava bem que ficasse tudo igual.



Dizer-lhe, Sr. Presidente, que em relação a passeios – e foi notório até nas intervenções que aqui fizeram – que os passeios são uma necessidade no concelho. E nós, o Partido Socialista apresentou aqui, em setembro de 2014, uma proposta que se chamava “Pelo direito à circulação pedonal”, que foi chumbada por um voto nesta Assembleia, e que dizia exatamente isso, que a Câmara devia reunir os Presidentes de Junta e elencar as prioridades de construção dos passeios nas freguesias. Neste caso, estamos a falar na Freguesia do Marco, que é a entrada da cidade, e muito bem, mas os outros Presidentes de Junta, creio eu, gostariam todos de ter passeios, com prioridades que nós até apontámos. E aqui foi dado há bocado o exemplo do acesso à Estação de Rio de Galinhas, que é uma estrada nacional, mas que, de facto, é uma via com muita circulação. Nós inventariámos alguns desses critérios, mas na altura, a proposta foi chumbada, e por isso continuamos aqui a falar em questões que podiam ter sido, se calhar, amplamente discutidas entre todos, e devíamos ou podíamos ter hoje, se calhar, passeios nas freguesias, em estradas nacionais e em estradas municipais, que estivessem a dar resposta às comunidades e às populações, que muito as ambicionam.

Queria também aproveitar, porque sei que o Conselho Municipal de Segurança reuniu, e queria deixar aqui uma nota para que tivessem isso em atenção, através da Assembleia Municipal, para a questão do Plano de Emergência para o Edifício Príncipe. Sei que em dias de feira, os acessos, ou as entradas principais do prédio, do Edifício Príncipe, ficam todas elas condicionadas, e acho que era importantíssimo ter isso em atenção no Plano Municipal de Segurança.

Queria também deixar uma recomendação, até porque hoje de manhã voltou a acontecer outro acidente, na rotunda da Avenida dos Bombeiros Voluntários, junto ao Minipreço, onde, de facto, os acidentes são sistemáticos, e acho que a Câmara Municipal devia intervir de forma a estudar, a reduzir a sinistralidade nessa dita rotunda, se é que se lhe pode chamar rotunda.

E aproveito também para falar, porque já aqui foi dito, e eu subscrevo na íntegra a intervenção da Presidente de Junta, Maria José Cerqueira, porque, de facto, a vegetação, eu já aqui falei na última Assembleia da Estrada do Juncal a Paredes de Viadores, felizmente não foi nessa que o nosso colega Matos teve o acidente, porque senão podíamos dizer que foi por causa da limpeza, mas não. Mas, dizer, Sr. Presidente, que é lamentável que, de facto, estamos meses, meses, nós, Presidentes de Junta, impossibilitados de fazer intervenções porque as máquinas da Câmara estão, ou avariadas, ou o funcionário está de férias. Claro que o funcionário tem direito a férias, ninguém diz o contrário, o funcionário tem direito a baixa; agora, o que não é normal é a Câmara Municipal ter as máquinas paradas durante meses, meses, por falta de recursos humanos, ou por causa de um orçamento que têm que pedir, as burocracias que são normais, mas que têm que agilizar, porque não é normal uma máquina retroescavadora estar parada três (3) semanas ou um mês à espera de uma peça que custa sessenta euros (60€). Não é normal, Sr. Presidente. E aí, desculpe, mas os Presidentes de Junta têm que ter meios para trabalhar. E acho que a Câmara Municipal, em relação àquilo que foi dito sobre as limpezas das vias, deve e pode fazer melhor.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---  
Sr. Deputado Fernando Queirós.



--- Fernando Queirós (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vice-presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Múnicipes.

Dizia o então candidato à Câmara Municipal, Dr. Manuel Moreira, na sua primeira candidatura à Câmara, e passo a citar: "O meu projeto é concretizar finalmente um sonho que animou muitas gerações antes de mim: fazer do Marco um dos melhores concelhos da região, moderno, desenvolvido, estável e democrático." Passaram quase onze (11) anos. Hoje, é justo dizer que se tem vindo a demonstrar na ação executiva a coerência e razão de ser do seu discurso, que sempre produziu.

Continuamos arduamente a trabalhar para todos os Marcoenses. Neste documento das atividades municipais, destaco na cultura e património os apoios financeiros que foram atribuídos pela Câmara às diferentes associações culturais e recreativas espalhadas ao longo das freguesias.

No desporto e juventude, destaco a promoção e apoio às diferentes camadas jovens, incluindo às escolas espalhadas pelo concelho.

Relações com as freguesias, apoio a obras executadas quer pelos Executivos das Juntas, quer diretamente, ou pela Câmara.

Desenvolvimento sociocultural e turismo: destaco, entre muitas iniciativas, a 6.<sup>a</sup> Edição da Feira das Oportunidades do Marco de Canaveses.

Educação e ação social: a 12.<sup>a</sup> Edição da Medicina na Periferia, o excelente trabalho na CPCJ e o apoio sempre pronto às diferentes associações de solidariedade espalhadas pelo concelho.

O serviço da dívida que tanto nos condicionou e condiciona, e que está a ser pago e honrado. A execução orçamental aqui apresentada fala por si. Consolidou-se o clima de confiança no concelho, promoveu-se um clima de crescimento económico, estabeleceu-se um clima muito significativo de acalmia e paz social, apostou-se no progresso social, na justiça e na solidariedade. A história de Portugal confunde-se com a história da nossa terra, Marco de Canaveses – povo lutador, aventureiro, empreendedor, e que nunca renegando as suas raízes se espalharam pelo mundo, modelando a terra dura e fazendo dela o pão. A história obriga-nos, como Marcoenses, a exigir que cada decisão, cada palavra dita, sejam pensadas. As gentes do Marco exigem sempre que cada passo da nossa vida coletiva deva passar por um exame cuidado das circunstâncias, uma consideração alargada a todas as perspetivas possíveis, e escolhendo-se os fins e os meios mais seguros e adequados. Esse tem sido o trabalho deste Executivo ao longo destes anos, nas diferentes áreas. Esta coerência constrói-se através de uma consciência que equilibre todas as partes. A prudência é um pilar essencial da nossa estrutura interior, e deverá sê-lo na vida coletiva dos cidadãos desta comunidade histórica de Marco de Canaveses. Nunca se fez tanto na cultura, na educação, nas áreas sociais, como até hoje. Se tivermos o cuidado em passar para o terreno estas minhas afirmações, verifica-se que hoje, em contraste com o passado, o Marco de Canaveses é respeitado e prestigiado, quer no



interior ou exterior do concelho, apontado como exemplo e alvo de elogios insuspeitos. Só quem é humilde como este povo de Marco de Canaveses distingue o desejável do indesejável. A prudência aconselha a que não se percam as oportunidades e não se desperdice a modernidade. Quem recusa o papel de escrever a história e o seu destino condena-se a ficar na bancada como espetador de um teatro que nunca irá acontecer. Saibamos honrar a alegria de sermos Marcoenses.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra ao António Santana.

--- António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas – diria, membros do Grupo Parlamentar do PSD, porque dos outros lados, o que nós vemos é que as pessoas estão todas lá fora, praticamente. É engraçado, quando somos nós a falar, as pessoas têm este comportamento, de saírem quase todas lá para fora, e deixarem-nos aqui assim. Mas isto, cada um também fica com as atitudes que tem, e as coisas devem ser feitas como elas são.

Sr. Presidente, eu devo dizer o seguinte: hoje posso dizer que estou muito satisfeito por aquilo que tem sido feito em relação às pavimentações, aos passeios. E gostava de lhe dizer que nós pedimos que fossem feitas – e o senhor ouviu, e para além de ouvir, ainda cumpriu aquilo que tinha dito antes. A Avenida do Futebol Clube do Marco foi pavimentada, os passeios estão feitos; a Avenida de Saint Georges, estão os passeios a ser feitos; a Avenida dos Bombeiros Voluntários, estão os passeios a ser feitos; a Rua Amália Rodrigues tem os passeios a ser feitos; no Largo da Feira e na Rua dos Três Pastorinhos, estamos a trabalhar também. Portanto, eu acho que aquilo que nós falamos, e o que o senhor tinha dito que gostava de fazer, está a cumprir. Isso chama-se honrar a palavra; a isso chama-se cumprir com aquilo que o senhor sempre desenhou.

Hoje, pela primeira vez, eu acho duas (2) coisas: ou fui eu que fui promovido a Presidente da Câmara, ou o senhor foi despromovido a Presidente de Junta. Pela primeira vez, acontece que veio aqui um cidadão levantar-lhe questões que dizem respeito à Junta de Freguesia. A mim, acontece-me precisamente o contrário: é que normalmente vão às minhas Assembleias de Freguesia levantar-me questões que são do Sr. Presidente da Câmara. Eu acho que as pessoas têm que começar a saber exatamente os sítios onde têm de pôs as questões.

A questão que puseram relativamente ao Cemitério de Rio de Galinhas diz respeito à Junta de Freguesia do Marco. E em relação a essa questão, eu devo dizer duas (2) coisas. A primeira: foi feita uma obra, foi feito um concurso, esse concurso foi adjudicado, o terreno foi comprado, devo-vos dizer que demorou muito tempo a convencer os proprietários dos terrenos a cederem o terreno, demorou-nos mais de um ano a convencê-los que era necessário fazer aquela ampliação, vamos fazer uma ampliação com vinte e nove (29) novas campas, pondo as coisas no devido lugar. Quando algumas pessoas que tiveram responsabilidade nas autarquias e nas Juntas de Freguesia, como a pessoa que aqui estive, que foi Secretário da Junta de Freguesia anterior, e criou algumas situações que eu agora tenho que resolver, também deviam ter a



hombridade de aparecer nas Assembleias de Freguesia e discutir estes assuntos cara na cara, olhos nos olhos, para nós lhes podermos responder.

Nós, relativamente à questão que levantou sobre concessões e subconcessões, Sr. Presidente, o senhor não tem que estar preocupado, porque nós, antes de fazermos as coisas, pedimos pareceres, e se essas pessoas quiserem, têm esses pareceres na mão para lhes serem entregues. Portanto, acho, Sr. Presidente, que nós devemos continuar, cada um no seu lugar: o Sr. Presidente da Câmara, que está muito bem, e que seja – infelizmente será só por mais quinze (15) meses, e eu também como Presidente de Junta, também por outros quinze (15) meses, e cada qual com as suas responsabilidades. Por isso, eu acho que aqui é importante que cada um faça o que tem de fazer, e as pessoas saberem em que sítio têm que questionar as questões, embora o possam fazer aqui também, e eu também não tenho qualquer problema em ajudar e colaborar com o Sr. Presidente para também esclarecer essas situações.

Relativamente às outras questões que foram aqui levantadas pela Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, também elas estão no nosso cardápio de questões que temos levantadas, e que estão a ser trabalhadas. Como o senhor sabe, temos falado sobre a questão da rotunda na Avenida dos Bombeiros Voluntários, na Picota, estamos a trabalhar sobre esse assunto, estamos a falar todas as outras questões que aqui foram levantadas, nós já temos todas elas a serem perfeitamente identificadas e a ser trabalhadas. Por isso, Sr. Presidente, é só dar continuidade ao bom trabalho que temos feito, e eu quero agradecer-lhe aqui publicamente o excelente trabalho que tem feito, e a ajuda que tem dado a este Executivo da Junta de Freguesia do Marco, em fazer estes trabalhos.

Logicamente que agora também tenho que puxar um bocadinho a brasa à minha sardinha, e conto com o seu apoio para a ampliação do Cemitério de Rio de Galinhas, na mesma proporção em que ainda agora acabou de fazer, por exemplo, para Constance, que não é nada de mais, mas são sempre contributos que são muito importantes para nos ajudar a gerir melhor a nossa freguesia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado pelas obras que ficam bem melhor na nossa cidade e a nossa Freguesia do Marco.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- **Olímpio Almeida (MCFT)** ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, eu trago aqui duas (2) questões para colocar, que gostaria de ver contempladas numa próxima oportunidade, ou seja, numa próxima informação escrita.

Uma prende-se com a iluminação da Escola Secundária. Ela foi reformulada, mas a iluminação que seja deficiente, ou que não exista, é um perigo. E nós sabemos todos que a iluminação pública é um garante da segurança, e junto das escolas ela é muito importante para a segurança dos alunos, que por vezes não têm noção do perigo, embora o perigo esteja junto deles, e não



têm essa percepção. Portanto, se a Câmara puder intervir no sentido de se certificar e melhorar essa iluminação, aqui fica o meu pedido e o meu agradecimento, quando ela estiver completa e a funcionar.

O outro assunto que aqui trago prende-se com a requalificação da cidade. E por quê? Porque há para ali, eu não sei se são metralhadoras, se são bombas, ou o que é, no centro da cidade, na Rua Gago Coutinho, por exemplo, em que aquelas tampas fazem um barulho, aquilo é um autêntico purgatório para quem reside junto da rua principal. Eu não sei se é deficiência das próprias tampas, porque antigamente havia tampas e os carros passavam e não fazia barulho, não sei o que se passa. O que eu sei é que, efetivamente, os moradores queixam-se, e há moradores que têm a cama a uns dez (10) metros daquele barulho, e aquilo é um purgatório autêntico. Portanto, essa parte, também gostaria que a Câmara tomasse isso em consideração.

E a título de exemplo, há um morador que dirigiu um pedido à Câmara, por escrito, em 30 de novembro de 2015, dando exatamente conta das dificuldades que tem, estão com assistência psicológica e tratamentos depressivos, para conseguirem ter algum repouso, e aqui a minha admiração, porque pensei que não fosse assim, mas parece que esta carta não teve resposta do Sr. Presidente. Portanto, não sei por quê, também não tenho essa informação. Mas, no essencial, era o barulho; se pudesse o barulho ser eliminado ou diminuído, seria um bom contributo que a Câmara daria aos moradores daquela rua.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Permitindo-me passar à frente das saudações, uma vez que já as fiz em intervenção anterior, gostava aqui apenas de abordar um assunto da informação escrita que o Sr. Presidente aqui referiu, centrando-me em Bitetos, precisamente. Já é sabido, eu sou um defensor de que uma das nossas apostas de futuro tem a ver com o aproveitamento dos nossos rios. Bitetos pode representar, nesse contexto, um ponto fundamental, que já o é, mas penso que as condições começam a não ser as melhores para dar continuidade à procura das pessoas que lá aparecem. Situado no Rio Douro, sabemos que o Rio Douro está, de facto, muito valorizado nacional e internacionalmente, e nós precisamos, além das pessoas que vêm de outros concelhos para o nosso município, podemos aproveitar também as pessoas que vêm de outros países visitar o nosso país, e visitar também o nosso município. É o caso das embarcações, principalmente do Douro Azul. Acho que devemos aproveitar isso. Sei também do empenho do Sr. Presidente, da própria Junta de Freguesia também de Alpendorada, em encontrar a melhor solução para aquele local. Quem não conhece, já aqui foi referido, no verão está superlotado. As condições não são as melhores, o acesso à praia não é o melhor, a praia precisaria de ser alargada. Creio ter ouvido dizer que já existia um projeto de intervenção para aquela zona de Bitetos, não sei se até aprovado pelo Instituto de Navegabilidade, creio que há um projeto já para lá. Também tenho conhecimento de que há para lá uns pequenos problemas. O que eu venho aqui dizer é que o Sr. Presidente e o Sr. Presidente da Junta se mantenham empenhados em encontrar uma boa solução para o concelho, e para isso, às vezes, é necessário ser persistente em encontrar soluções e ultrapassar alguns obstáculos que aparecem, porque eu acho que a zona de Bitetos



não pode ficar cativa por pormenores que impeçam um aproveitamento nas melhores condições daquele espaço, que eu acho que, de facto, é um dos melhores que nós temos cá, com muita procura – no verão não há lugar para estar lá. Eu tenho colegas de escola que nunca estiveram na escola, não conheciam a escola, já tinham vindo a Bitetos, já tinham vindo à Praia de Bitetos, e são de fora. Portanto, acho que devemos aproveitar, e daí o meu apelo para que não esmoreçam nesse esforço de encontrar a melhor solução para lá.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Dávamos agora a palavra ao Executivo, para dar as respostas que achar necessárias.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Em relação à intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, Dra. Cristina Vieira, naturalmente agradecemos as referências positivas à obra dos passeios que estamos a fazer, não só na cidade, mas também estamos a fazê-lo em outros pontos do concelho, de outras freguesias do concelho. É verdade que nós tentamos fazer o máximo que é possível, tentando aproveitar já alguns dos passeios que existiam; eu próprio gostaria até que ficassem muito mais uniformes do que estar, realmente, a aproveitar alguns já que existiam, ou pequenos troços que existiam desses passeios, já há mais anos. Mas, também a verdade é esta: por exemplo, ali na Saint Georges lès Baillargeaux – que a gente, às vezes, depois confunde o passeio com uma futura baía de estacionamento – tem os passeios em granito, com aquele mosaico, a pedrinha, cubinhos pequeninos, com aquele desenho, só que a certa altura pusemos, exatamente, as tais patelas em cimento. Atenção, e por que é que pusemos patelas? Eu também não gosto, eu não gosto de ver aquilo assim; porque ali vai acontecer uma urbanização no futuro – estamos a falar no corredor ascendente, vai acontecer. Para, realmente, o passeio que temos vindo a fazer ao longo de várias artérias, e depois fica em patela. Por quê? Porque o passeio que há de nascer, nascerá quando o promotor fizer ali o seu empreendimento, e nessa altura, aquilo que ficou, neste momento, em patela de cimento, é a baía de estacionamento. Por isso, tinha de ficar diferente. Não valia a pena estar a fazer agora ali o passeio... primeiro, não podia ser ali, porque ali tem de ser baía; tinha que ser atrás dessas patelas de cimento, e depois é que ficará com o respetivo passeio, mas isso depois acontecerá na altura que houver o empreendimento urbanístico que venha ali a acontecer. Se me perguntar, eu gostava que já tivesse acontecido, ali aquele até se trata de uma figura bem conhecida daqui da nossa cidade, mas ainda não empreendeu ali, e esperemos que venha a empreender no futuro. Pode ser que isto também seja mais uma motivação para que tome essa decisão, que seria importante também para a cidade de Marco de Canaveses.

Do lado descendente, está ali aquele matagal; nós também vamos pôr em patela de cimento, porque ali também, neste momento, não fazia sentido estar a fazer o passeio. Não sei se no futuro depois também haverá ali... já pedi foi a quem lá pôs aquele *stand* de venda, que está uma vergonha, agora vamos também fazer a limpeza – de resto, tem havido dificuldades, a Junta também tem as suas equipas, e faz parte da competência da Junta de Freguesia do Marco, só que não é fácil ter pessoal que chegue para responder em toda a cidade. Ainda o Presidente da Junta, esta semana, me perguntava que empresas é que poderiam nos ajudar; uma das que a gente tem contratado, uma das empresas é a RLE, e eles estão



sobrecarregados, já não podem assumir mais. Até vêm agora as Festas da Cidade, e eu queria ver ali aquele matagal, na faixa descendente da Saint Georges lès Baillargeaux, limpo, e não continuar assim. Esperemos que ainda aconteça, é dia 8 que começam as festas, a ver se a gente ainda limpa aquilo. Mas, queria que o proprietário daquele *stand* – já o devia ter tirado dali há anos, já o notifiquei para isso, ainda há poucas semanas, e ainda não o fez. Vamos ver se o fará; senão teremos que ser nós a fazê-lo, a Câmara Municipal. Mas, acho que competia a essa pessoa.

Quanto àquelas questões que chamou à atenção, ali no acesso à feira, quando são os dias de feira, para se poder, realmente, se houver alguma contingência ou alguma emergência, etc., sabemos disso, já conversámos também com a Junta de Freguesia do Marco sobre isso, a própria Junta também já nos tinha chamado à atenção para essa situação, e até na questão da rotunda, como disse agora o Sr. Presidente da Junta, António Santana, também em relação à rotunda ao cimo da Avenida dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses. Estamos a analisar, estamos a estudar isto também com os nossos serviços técnicos, para ver o que é que podemos fazer.

Quanto às máquinas paradas, é evidente que eu sou o primeiro a ficar triste. Tenho que ser honesto, intelectualmente honesto: eu fico triste, e às vezes até nem tenho conhecimento logo que as máquinas entretanto avariaram. Devia, se calhar, até saber logo, mas não o sei. E por vezes são as Sras. Presidentes e os Srs. Presidentes de Junta que me chamam à atenção, a dizer que está a máquina motoniveladora, a giratória, ou o trator de braços... é verdade, ainda há dias me chamaram à atenção, a própria Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, é verdade. E há procedimentos – é que eu sei que antigamente não era. Também, a verdade é esta: tomara-nos nós que as avarias fossem todas de peças de sessenta euros (60€), era bom, que às vezes até dava vontade de sermos nós a pagar diretamente. Mas, não é assim, são peças, muitas vezes, muito mais caras do que os sessenta euros (60€). Não quer dizer que não haja uma ou outra também desse valor, como é evidente, mas são normalmente peças mais caras. E têm que haver os procedimentos, e muitas vezes os fornecedores levam tempo. É por isso que eu estou sempre a insistir com os serviços para pressionarem, para pressionarem, porque as máquinas não podem estar paradas. Já às vezes têm que parar por falta de pessoal, porque, efetivamente, ou estão de férias, ou até estão de baixa, que já nos custa ter as máquinas paradas. Agora, por falta de manutenção, ou por uma avaria, temos realmente que agir.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Fernando Queirós, agradeço, naturalmente, as referências que fez à intervenção, e àquilo que tem sido a nossa ação no nosso mandato. Queremos fazer mais porque queremos fazer sempre melhor. E esta obra não é do Manuel Moreira; é de todos nós. Quero assim ser recordado no tempo, quando muito de poderem dizer: "No meu tempo, o Marco de Canaveses avançou com a vontade dos seus cidadãos, das suas forças vivas, das suas empresas, das suas instituições, dos seus autarcas de freguesia e dos autarcas municipais, da Assembleia e da Câmara." Se disserem isso, dizem toda a verdade, e eu fico feliz porque estou, exatamente, nessa família Marcoense. Porque como eu tenho dito, e pus aí agora nos cartazes, para que não haja dúvidas, "Marco de Canaveses somos todos nós". Esse é o Marco que vale a pena continuar a afirmar, a valorizar e a lutar, para sermos um Marco cada vez melhor. E é por isso que temos um desígnio, e eu acredito, e espero ter vida e saúde para o poder ainda ver: é transformar o Marco de Canaveses num dos melhores municípios da



região e de Portugal. Eu acredito, temos tudo para o ser, e basta o tempo de uma geração; não chega três (3) mandatos. Eu espero que este projeto continue, para se conseguir esse grande desígnio que deve ser de todos nós. Independentemente das nossas diferenças, é um objetivo dos Marcoenses.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, António Santana, naturalmente que fazemos esses trabalhos todos com muito gosto, em parceria. De resto, ainda foi há poucas semanas que fizemos até simbolicamente uma visita pela Freguesia do Marco, a inaugurar um conjunto de obras, umas da responsabilidade direta da Câmara, outras em parceria com a Junta, através dos contratos interadministrativos, como fizemos também com a Junta de Freguesia de Sobretâmega, no sentido até de melhorar esta entrada da cidade de Marco de Canaveses, porque merece. Porque merece. Só quero ainda ver se a gente consegue dar ali um certo ordenamento àqueles *outdoors*, que não gosto, que desfeiam ali a entrada da cidade, a ver se a gente consegue dar uma certa ordem àquele desordenamento de *outdoors*, que também não ajuda. É preciso fazer publicidade estática, com certeza que sim, mas temos que dar ali um jeito, e eu espero ainda conseguir fazer isso.

Ampliação do Cemitério de Rio de Galinhas: vamos tentar realmente colaborar, porque é uma necessidade, e vinte e nove (29) campas é já uma ampliação significativa, que queremos colaborar para que isso aconteça. E a obra, como digo, vai começar, uma vez que já está a sua adjudicação feita por parte da Junta de Freguesia do Marco.

Já agora, aproveitava para dar uma boa notícia, porque também é importante dar boas notícias: é que foi aprovado já pela Direção Geral do Ensino Superior o nosso curso técnico superior profissional em informática de gestão. Vamos agora divulgá-lo para, se possível, já neste ano letivo – se possível, não, acredito que agora, estando aprovado, é para começar neste ano letivo 2016/17, para vinte (20) estudantes que queiram fazer este curso, para depois continuar, com a conclusão da licenciatura, do mestrado e até do doutoramento, porque pode permitir isso. Acho que é bom. E já não será onde estava inicialmente pensado, no antigo Jardim de Infância de Valdecidos, mas sim na Escola Secundária, uma vez que eles têm capacidade instalada, e fizemos esse compromisso com a Escola Secundária, e ficará aqui até no centro da cidade, que fica muito bem. Por isso, acho que valoriza também aqui a nossa Escola Secundária de Marco de Canaveses.

Já agora, dar uma nota, que temos estado também muito atentos na defesa do nosso Tribunal de Marco de Canaveses – do nosso Tribunal de Marco de Canaveses – para não ser desvalorizado, para não ser desqualificado. Parece-me a mim que é intenção fazer ajustamentos à reforma que houve, por parte do anterior Governo, do Mapa Judiciário, em que querem tirar daqui a Instância Central de Instrução Criminal para juntar aos DIAP's em Penafiel, no Tribunal de Penafiel, porque faz sentido que andem acompanhados, a instrução criminal dos DIAP's. Não fomos nós que separámos, e acho que, então, para isso, deviam ter posto aqui os DIAP's juntamente à instrução criminal. Agora, parece que querem levá-la para Penafiel. Há aqui também um desencontro de opiniões, porque falámos com a Sra. Ministra, e ela disse que não ia fazer isso, para já era só pontualmente, e até nos ia acrescentar o Tribunal de Família e Menores, instância central, para o Marco e para Amarante, ficando para o Marco e Amarante, o que é bom, valoriza o nosso tribunal, o nosso Tribunal Judicial de Marco de Canaveses. Só que agora veio uma informação, através de uma resposta que deram aos deputados do PSD do



Distrito do Porto, a dizer que sai já a Instrução Criminal, e fica só cá a Família e Menores, para o Marco de Canaveses e para Amarante. Não foi exatamente isso, há aqui uma discrepância de opiniões que é preciso aclarar, já perguntei à Sra. Ministra qual é a resposta que vale, se foi aquilo que nos disse na audiência direta comigo e com a Delegação da Ordem dos Advogados do Marco de Canaveses, ou se é aquela que foi a resposta que foi dada aos Srs. Deputados do PSD, eleitos pelo círculo do Porto, deputados da Assembleia da República. Vamos ver. Ficar a Família e Menores, nós já temos uma instância que é digna, foi até a nossa primeira proposta que defendemos quando foi da reforma. Depois, a Família e Menores, foi tudo para Paredes, e ficou aqui a Instrução Criminal, instância central. E pareceu-nos também que era digna. Agora, não podemos é ser desqualificados, porque se é para corrigir erros do Mapa Judiciário, não se corrigem erros cometendo outros erros e outras injustiças, e neste caso em relação ao nosso Tribunal Judicial de Marco de Canaveses, que nos cumpre a todos defender. E eu estarei convosco nessa defesa.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Passamos, então, ao **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a classificação como imóvel de interesse municipal, o equipamento destinado a alojamento turístico, sito na Freguesia de Constance.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, se quiser fazer a introdução do ponto.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Municípes:

Dar apenas nota do seguinte: trata-se de um objetivo, que neste momento há um conjunto, uma empreendedora até que nos solicitou, foi até uma senhora – suponho que estou a dizer bem; peço desculpa, que isto são muitas informações. Por isso, há, no fundo, um empreendedor que quer fazer um alojamento turístico. E como sabem, nós temos todo o interesse em ter cada vez mais oportunidades de alojamentos turísticos ao longo do concelho, já temos uma boa rede espalhada por todo o concelho em termos de turismo de habitação, turismo rural, julgo que também vão nascer uns hotéis muito brevemente, eu acredito que sim. Tenho pena que aqui o nosso, das Caldas, continue num impasse, e não têm faltado oportunidades de pessoas poderem agarrar aquele projeto, mas as coisas não têm corrido bem nas conversações, mais uma vez abandonaram, depois de sete (7) meses de conversações, estavam quase a chegar, mas acabou por não surtir efeito, o resultado não foi positivo. Temos pena. Agora, felizmente que o antigo hotel, também ali inacabado há muitos anos, em Alpendorada, já foi agora assumido por um empreendedor. Ainda no fim de semana, quando estávamos exatamente em Bitetos, eu e o Sr. Presidente da Junta, estava lá esse empreendedor, que vai exatamente tentar concluir aquele edifício, para termos ali uma unidade hoteleira, que não é muito grande, mas acho que é uma unidade hoteleira já simpática, etc. Surpreendeu-me, mas espero que alguém o agarre, e bem, no jornal A Verdade, já há algumas semanas atrás, que o Convento de Alpendorada estivesse à venda. Espero que, enfim, seja alguém a agarrar *“du métier”*, porque acho que é um *Ex-Libris* que ali está, uma excelente unidade também hoteleira, uma bandeira sobre o Douro, seria muito bom, mas precisamos também aqui no Alto Concelho e no Baixo Concelho, para podermos ser um verdadeiro destino turístico, com a rede de casas de turismo rural, de habitação, este agora em Constance, acho que é excelente, e por isso queremos apoiar.



Para isso, é importante haver esta declaração de interesse municipal, e é nesse sentido que a Câmara Municipal traz – foi aprovado por unanimidade na Câmara – para ser considerado, realmente, imóvel de interesse municipal, a fim de que ele possa ter lugar, também precisam de aproveitar para fazer a desclassificação da reserva agrícola para, realmente, o empreendimento poder ter execução e viabilidade. Por isso, é nesse sentido que trazemos à Assembleia Municipal esta proposta.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo ninguém, vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 1.225,50 m<sup>2</sup> “Troço da Rua da Igreja que passa em frente à Escola EPAMAC e o troço da antiga estrada que passa junto à Casa do Rossinho, em Rosém de Baixo, Freguesia de Aveddas e Rosém.

Sr. Presidente, se quiser introduzir o ponto.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigado. Muito rapidamente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Deputados, e Srs. Munícipes.

Dizer o seguinte: também é dar resposta a um anseio, há muitos anos, da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses, que está, como sabem, na Freguesia de Aveddas e Rosém. Felizmente que a escola, há sete (7) ou oito (8) anos, esteve muito periclitante, com setenta (70) alunos; neste momento tem trezentos e setenta (370) alunos de vinte e cinco (25) concelhos. É, de facto, uma excelente escola, neste caso, formar um conjunto de técnicos de vários pontos do nosso país, o que é ótimo, valoriza muito a nossa terra, e em particular nas áreas da agricultura e desenvolvimento rural, do agroturismo, curso equino, etc., etc. E devo dizer que tem sido muito importante isso. Eles têm uma rua, que é a rua que leva à igreja, ao cemitério, que passa à frente da escola. Com o movimento cada vez maior, não só dos alunos do corpo docente e dos funcionários, mas também dos eventos que ali acontecem com muita frequência, é um risco permanente em termos de segurança rodoviária. Eles há muitos anos que já nos falavam que era preciso fechar aquela rua; ela vai continuar acessível pedonalmente a todos, sem exceção, mas ficando vedada ao trânsito rodoviário. Em contrapartida, criamos as condições de acessibilidade também à igreja e ao cemitério, e para isso temos que fazer esta operação, e esta permuta, e vamos, naturalmente – até já está numa empreitada – fazer a sua pavimentação. E por isso, acho que é justo, é do interesse do município, é do interesse, naturalmente, da Freguesia de Aveddas e Rosém, e da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Dava a palavra aos Srs. Deputados, caso queiram intervir sobre este assunto. Não havendo ninguém para intervir, vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.



Passaríamos ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 148,71 m<sup>2</sup>, que se destina a caminho, sito na Rua do Cruzeiro, n.º 523, Freguesia de Soalhães.

Sr. Presidente, se quiser introduzir o ponto.

--- **Presidente da Câmara Municipal**---

Também é resolver um assunto já antigo. Tivemos o cuidado, na altura, de falar com a Sra. Presidente de Junta, com a Junta de Freguesia de Soalhães; pareceu-lhes correta esta decisão, de desafetação do domínio público municipal dessa parcela de terreno que se destina a caminho, na Rua do Cruzeiro, n.º 523. E por isso, pareceu-nos, realmente, que era necessário também resolvermos mais este assunto, que já se arrastava há tempo suficiente. E nesse sentido, trazemos também aqui à decisão da Assembleia Municipal.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra aos Srs. Deputados, caso desejem intervir. Não havendo ninguém para intervir, vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.5**, Informação sobre os compromissos plurianuais, face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

É só para tomada de conhecimento, penso que os Srs. Deputados têm essa tomada de conhecimento. Não sei se alguém quer intervir sobre este assunto. Não sei se o Sr. Presidente quer intervir sobre este assunto.

Não havendo ninguém para intervir sobre este assunto, passaríamos ao **Ponto n.º 3.6**, Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para o exercício de funções na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marco de Canaveses, de acordo com os artigos 17.º e 26.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.

Eu ia dar a palavra à Sra. Deputada Ana Moura Pinto.

--- **Ana Moura Pinto(PS)** ---

Permitam-me só que dispense os devidos cumprimentos.

Eu estou a usar da palavra apenas para prestar perante esta Assembleia um esclarecimento, que acho que é devido. Estamos hoje a eleger um novo representante na Comissão Alargada da CPCJ, isto porque eu apresentei a minha renúncia nessa mesma Comissão. E queria apenas aqui deixar explícito que a minha renúncia se deve exclusivamente ao facto de não me ser possível, de todo, estar presente nas reuniões, que acontecem sempre às terças-feiras de manhã, em pleno horário laboral – não estou a dizer que são todas as terças-feiras, mas essa indicação foi-me dada pela própria Dra. Daniela Pinto. Mas, achei por bem fazer este esclarecimento aqui nesta Assembleia, que foi onde fui eleita para exercer funções na Comissão Alargada. Dizer que a minha renúncia é exatamente por uma questão de respeito pelo próprio



órgão. Não tenho disponibilidade, e portanto, acho que a função deve ser exercida por outra pessoa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada.

Entretanto, como sabem, a Sra. Deputada Ana Moura Pinto pertence ao Grupo Parlamentar do PS, e o próprio PS apresentou, através do seu Presidente, Rolando Pimenta, apresentou a pessoa que iria substituir a Sra. Deputada, que é o António Filipe de Abreu Ribeiro de Carvalho Teles Massa Babo. E portanto, será esta a disposição. Eu proponha aos Srs. Deputados, se concordassem comigo – como sabem, quando são pessoas, temos que votar em urna; mas se estivéssemos todos de acordo, e como é a única pessoa, eu iria pôr em votação em braço no ar, se houver a anuência de todos. Estive a ver a Lei, acho que é possível, não havendo mais nenhuma lista, mais nenhum nome. Pareceu-me que sim, desde que haja anuência da Assembleia. Estive a ler ali com o Sr. Teixeira, estivemos ali a ver. Podemos pôr em urna, não temos problema nenhum, é só o tempo. Mas temos que votar, é uma substituição que temos que votar. Alguém levanta alguma dúvida sobre este assunto? Portanto, estamos todos de acordo.

Portanto, iríamos pôr por braço no ar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, queria felicitar o Sr. Deputado António Ribeiro de Carvalho Massa Babo pelo lugar na CPCJ.

Iamos passar ao **Ponto n.º 3.7**, Criação de uma Comissão para eventos de promoção à figura de Cármen Miranda no Concelho.

E eu gostaria de fazer a introdução deste ponto, se me permitem, Srs. Deputados. Portanto, na Assembleia Municipal de fevereiro, foi lançado esse desafio a mim, como Presidente da Assembleia, para podermos arranjar forma de melhorarmos e associarmos a promoção da figura de Cármen Miranda cá. Nessa mesma altura, eu, como Presidente da Assembleia Municipal, disse que iria levar isto a uma Reunião de Líderes, que o fiz na última Reunião de Líderes, e que nessa Reunião de Líderes, o que ficou decidido foi criarmos uma comissão.

Eu queria fazer aqui uma pequena correção à forma como está escrito este ponto, e para que não haja dúvidas, que foi aquilo que nós conversámos aqui, essa comissão foi inscrita por desafio de uma deputada desta Assembleia, e na Reunião de Líderes, nós concordámos em criarmos essa comissão. Aqui diz “uma Comissão para eventos”, e eu gostaria de retificar isto, porque nós isto decidimos na última reunião, que estávamos cá todos, e o que nós decidimos foi criar uma comissão para podermos dar ideias e darmos sugestões à Câmara Municipal, porque, como sabem, a Câmara Municipal é que é o Executivo, ela é que tem o poder de pôr em prática essas ideias, nós não temos Orçamento, nós não podemos fazer algo sem ideias. Portanto, aquilo que nós queríamos criar, porque isso foi aquilo que nós decidimos na última reunião, quando estávamos cá todos, e fui eu que assinei esta proposta, e não li, e queria fazer esta retificação, para que não haja dúvidas, de forma a que nós possamos todos dar ideias, entregá-las à Câmara Municipal, de forma a que depois ela faça a análise dessas ideias, para podermos fazer a promoção da figura de Cármen Miranda.

Essa comissão integra um deputado de cada Grupo Parlamentar, tenho aqui essa proposta, e penso que ela já é do conhecimento das pessoas. Eu pedia que fosse entregue; foi de acordo



com todos os deputados desta Assembleia. E da mesma forma, como nós só temos uma proposta, penso que não há mais nenhuma proposta, é uma proposta, e eu vou ler – eu vou ler a proposta:

*“Dando-se cumprimento à deliberação na Reunião de Líderes de 15 de junho de 2016, apresentar lista única para a criação da Comissão / Eventos de promoção da figura de Cármen Miranda no Concelho.*

*Nos termos do n.º 1 da alínea c) do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o estipulado no Capítulo IV, art.º 44.º e seguintes do Regimento da Assembleia Municipal, com os seguintes nomes:*

*Pelo Grupo do PPD/PSD, Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro; pelo Grupo do PS, Rolando António França Pimenta; pelo Movimento Marco Confiante com Ferreira Torres, Mário Luís da Silva Monteiro; pelo Marco Positivo, a deputada Patrícia Pinto Vieira; e pelo PCP/PEV, o Sr. Deputado Benjamim Francisco Marques.”*

Portanto, nós estamos na mesma situação de há bocado, temos uma lista única, e portanto, nós podemos fazer uma urna, temos uma lista. E portanto, eu fazia a mesma proposta, se podemos votar isto... eu dar-lhe-ei já a palavra. Portanto, antes da votação, dar-lhe-ei a palavra. Se concordassem, antes de pôr à votação, senão vamos ter que fazer na urna. Não temos mais nenhuma proposta, serão estas. Portanto, iríamos pôr também a votação.

Eu daria a palavra à proponente do repto, ou desafio.

**--- Ana Cristina Valente (PPD/PSD) ---**

Boa noite a todos.

Eu gostava de usar alguns minutos, só para enquadrar esta situação. Gostava de lembrar que este assunto foi tratado na Assembleia Municipal de fevereiro, que o repto de que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fala foi feito, realmente, por mim, numa intervenção a propósito de uma anterior intervenção do Sr. Dr. Rolando Pimenta, que aqui foi votada por unanimidade, a proposta apresentada pelo Sr. Dr. Rolando Pimenta, e enquadrei-a no sentido de encontrarmos uma forma de esta Assembleia contribuir para a promoção de eventos e de ações que beneficiem o trabalho que já é feito, e que pode ter progressos, no âmbito da figura de Cármen Miranda como marca, ou possível marca do concelho.

Gostaria, no entanto, de fazer aqui, à partida, uma declaração de interesses neste sentido: que fossemos capazes de construir um grupo de trabalho proativo, sério, e com a única finalidade de cooperar na realização de eventos, divulgação dos mesmos, no âmbito da figura de Cármen Miranda como marca do concelho. Permitam-me dizer-vos, e permitam-me a expressão: o exercício da democracia deixou de ser, há muito tempo, uma brincadeira de meninos ou de meninas, como agora tenho que dizer. Os cidadãos, as associações culturais, as associações recreativas, as academias, e todas as entidades e cidadãos, como disse atrás, que podem trazer *inputs* não entenderiam que criássemos um grupo de trabalho, no âmbito da Assembleia Municipal, com finalidades partidárias e fins de autopromoção ou de promoção individual de



quem nela participa e no grupo em que também me estou a integrar – e portanto, não estou a falar só de terceiros.

O meu nome surge a integrar esta lista, e aceito que assim seja, com o compromisso de tudo fazer, em cooperação com os restantes elementos, de forma a chamarmos ao trabalho outros membros desta Assembleia Municipal que não podem deixar de estar presentes nesse grupo de trabalho, não só, obviamente, pessoas desta Assembleia, mas como outros, que os colegas, e quem estiver presente, entenderá como tal. Devo dizer-vos que acredito que podemos ajudar neste trabalho, e que não trará vantagem para o Marco de Canaveses que esta comissão seja um local, ou uma entidade, que promova quezílias políticas. Se isso acontecer, demitir-me-ei.

Muito obrigada. Boa tarde.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Vamos, então, pôr à votação. Eu pergunto se algum dos Srs. Deputados queria falar. Penso que a Dra. Maria José, não sei se sobre este assunto. Dava, então, a palavra à Sra. Deputada Maria José Cerqueira.

**--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Alviada e Folhada, PPD/PSD) ---**

Muito boa noite novamente.

Eu venho cá só para manifestar o meu desagrado, ou pelo menos para dizer que enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, da qual é natural Cármen Miranda, achava por bem e legítimo fazer parte desta comissão. Pelos vistos, não é comissão para organização de eventos, mas comissão para recolha de ideias para futuros eventos, ou para organização de futuros eventos. Independentemente de considerarem que possa, ou não, ter capacidades para tal, enquanto Presidente de Junta da Freguesia de que ela é natural, acho que teria legitimidade para fazer parte desta comissão.

Era só. Obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Eu percebi perfeitamente aquilo que a Dra. Maria José Cerqueira disse. E portanto, eu acho que antes da votação, podemos propor a entrada de mais uma pessoa, se for essa a intenção, ou alterações das pessoas. E portanto, há várias formas. Antes da votação, dava jeito. Como isto é uma comissão alargada de todos os Partidos, claro que podemos, antes de a apresentar, fazer a alteração. Eu acho que nós, na vida, temos que resolver os assuntos de uma forma simples e prática.

Queria falar, Sr. Doutor? Eu daria a palavra ao Dr. Rolando Pimenta. Todos querem falar, os membros da comissão? Certo, eu darei a palavra.

**--- Rolando Pimenta (PS) ---**

Muito boa noite.

Prescindindo das saudações iniciais, eu, infelizmente, não estive – e penitencio-me – nessa reunião de conferência de líderes. De qualquer das formas, acho que é algo que eventualmente,



e não sei se poderia ter passado em branco, não termos, de facto, tido em consideração este pormenor, que é “por maior”, de facto. É de toda a justiça, que a freguesia onde a nossa Cármen Miranda nasceu deve estar representada de pleno direito. Eu acho que era de todo de justiça, não haver substituição, mas acrescentarmos mais um elemento.

Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- **Patrícia Vieira (Marco Positivo)** ---

Muito obrigada. Dispensava os cordiais cumprimentos.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Srs. Deputados, importam-se só, dois (2) minutos, para ouvirmos a Sra. Deputada Patrícia?

--- **Patrícia Vieira (Marco Positivo)** ---

Bem, muito rapidamente, ali em conferência com alguns colegas que já integram a lista apresentada, manifestamente concordamos com aquilo que falou a Sra. Presidente de Junta, manifestamente faz todo o sentido que faça parte. À semelhança da opinião apresentada pelo Dr. Rolando, ou entra como membro também desta comissão, nesta lista que foi apresentada, ou ponho o meu cargo à substituição, com todo o prazer, porque acho que entendo que faz todo o sentido. E na impossibilidade de serem seis (6), passarem a ser sete (7) – a questão do par ou ímpar, não sei se isso é determinante. Muito bem. Então, nesse sentido, ou a substituição, ou a entrada da Sra. Presidente.

Muito obrigada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Se me permitem, então, como Presidente da Assembleia Municipal, eu proponha, então, a entrada de mais um elemento, e como a Presidente da Junta de Freguesia de onde a Cármen Miranda é. Portanto, a lista, eu vou ler a lista novamente, Srs. Deputados – isto é um assunto simples: portanto, a primeira pessoa, que está aqui nesta proposta, Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro (PPD/PSD), Rolando António França Pimenta (pelo PS), Mário Luís da Silva Monteiro (pelo Marco Confiante com Ferreira Torres), Patrícia Pinto Vieira (Marco Positivo), Benjamim Francisco Marques (PCP), e Maria José Pinto Cerqueira (PPD/PSD, pela Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada). Portanto, estamos de acordo.

Portanto, vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, aos pontos que vieram em mão, e que foram deliberados por unanimidade pelo plenário, para a inclusão dos pontos nesta ordem de trabalhos. E passaríamos ao **Ponto n.º 3.8**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a aprovação da alteração à denominação da Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo para Freguesia de



Penha Longa e Paços de Gaiolo, de acordo com a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro – Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente. Portanto, não havendo da parte do Sr. Presidente, pergunto se algum deputado quer intervir sobre este assunto. Portanto, não havendo, vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao último ponto, ao **Ponto n.º 3.9**, Concessão de Medalhas Honoríficas. É só tomada de conhecimento. Foi-vos distribuída no início desta Assembleia Municipal essa tomada de conhecimento. Eu pergunto se alguém quer fazer alguma intervenção ao Executivo da Câmara.

Não havendo, daríamos, então, a sessão como encerrada. Vamos, então, aprovar as minutas.

**--- Maria Estela Freitas (2.ª Secretária, PPD/PSD) ---**

Peço a vossa atenção, simplesmente para fazermos a votação das minutas.

*Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.2, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.*

*Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.3, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para a votação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.*

*Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.4, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para a votação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.*

*Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.8, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para a votação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.*

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Srs. Deputados, a Assembleia Municipal está encerrada. Desejo um resto de uma boa semana para todos, e boas férias a quem for de férias.

Obrigado a todos. Boa noite.